

CLÁUSULAS COMPARATIVAS DO PORTUGUÊS

por

JONAS DE ARAÚJO ROMUALDO

Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística

Campinas

1975

INDICE

	página
Introdução	2
Capítulo I	
Seção A	4
Seção B	6
Seção C	9
Notas	15
Capítulo II	
Seção A	16
Seção B	21
Notas	51
Capítulo III	
Seção A	53
Seção B	64
Notas	67
Conclusão	68
Bibliografia	70

INTRODUÇÃO

A análise de sentenças comparativas apresenta-se como um dos tópicos mais controversos, em trabalhos feitos dentro do quadro teórico da gramática gerativo-transformacional. Entre os muitos aspectos controversos, discute-se principalmente se as sentenças comparativas são ou não estruturas subordinadas.

O presente trabalho visa examinar alguns aspectos sintáticos da sentença comparativa do português, dentro do quadro teórico da gramática gerativa, tal como ele foi formulado por Chomsky (1965). Serão discutidas aqui as principais hipóteses feitas a respeito da natureza das comparativas de outras línguas, particularmente as hipóteses feitas com base nos fatos do inglês. Confrontaremos essas hipóteses com os fatos do português.

No capítulo I, apresentaremos duas diferentes possibilidades de análise das comparativas: a possibilidade de analisá-las como estrutura subordinada - análise sugerida por Chomsky (1965) e defendida por Bresnan (1970) - ou a possibilidade de analisá-las como estrutura não-subordinada - análise defendida por Ross e Perlmutter (1970).

No capítulo II, seção A, tentaremos demonstrar que a análise de Chomsky-Bresnan é a mais adequada para os fatos do português. Na seção B, tentaremos demonstrar que a análise de comparativas como estruturas subordinadas torna-se mais defensável quando consideramos novos fatos: a dependência entre comparativas e advérbios de intensidade e o possível paralelismo entre comparativas e relativas. Ainda nesta seção, discutiremos um possível problema para a nossa análise: a possibilidade da existência de comparativas que determinam verbos (e não adjetivo ou advérbio, como nossa análise até então previa).

No capítulo III, com base no paralelismo existente entre comparativas e relativas, discutiremos os principais problemas relacionados com regras de apagamento em comparativas, regras aparentadas com as que atuam na geração de relativas. Com base nessa discussão, tentaremos demonstrar que "tão-como" e "tão-quanto" não são estruturas equivalentes, como as gramáticas pedagógicas comumente sugerem.

CAPÍTULO I

Neste capítulo, examinaremos algumas das principais hipóteses sobre a estrutura de sentenças comparativas do inglês, surgidas dentro da gramática gerativa. Na seção A, apresentaremos a análise proposta por Chomsky (1965), análise em que a sentença comparativa é representada como estrutura subordinada. Na seção B, mostraremos os argumentos dados por Ross e Perlmutter (1970) contra a análise de comparativa como estrutura subordinada. Finalmente, apresentaremos na seção C, os argumentos dados por Bresnan (1970), apoiando a hipótese de que a comparativa deve ser analisada como estrutura subordinada.

SEÇÃO A

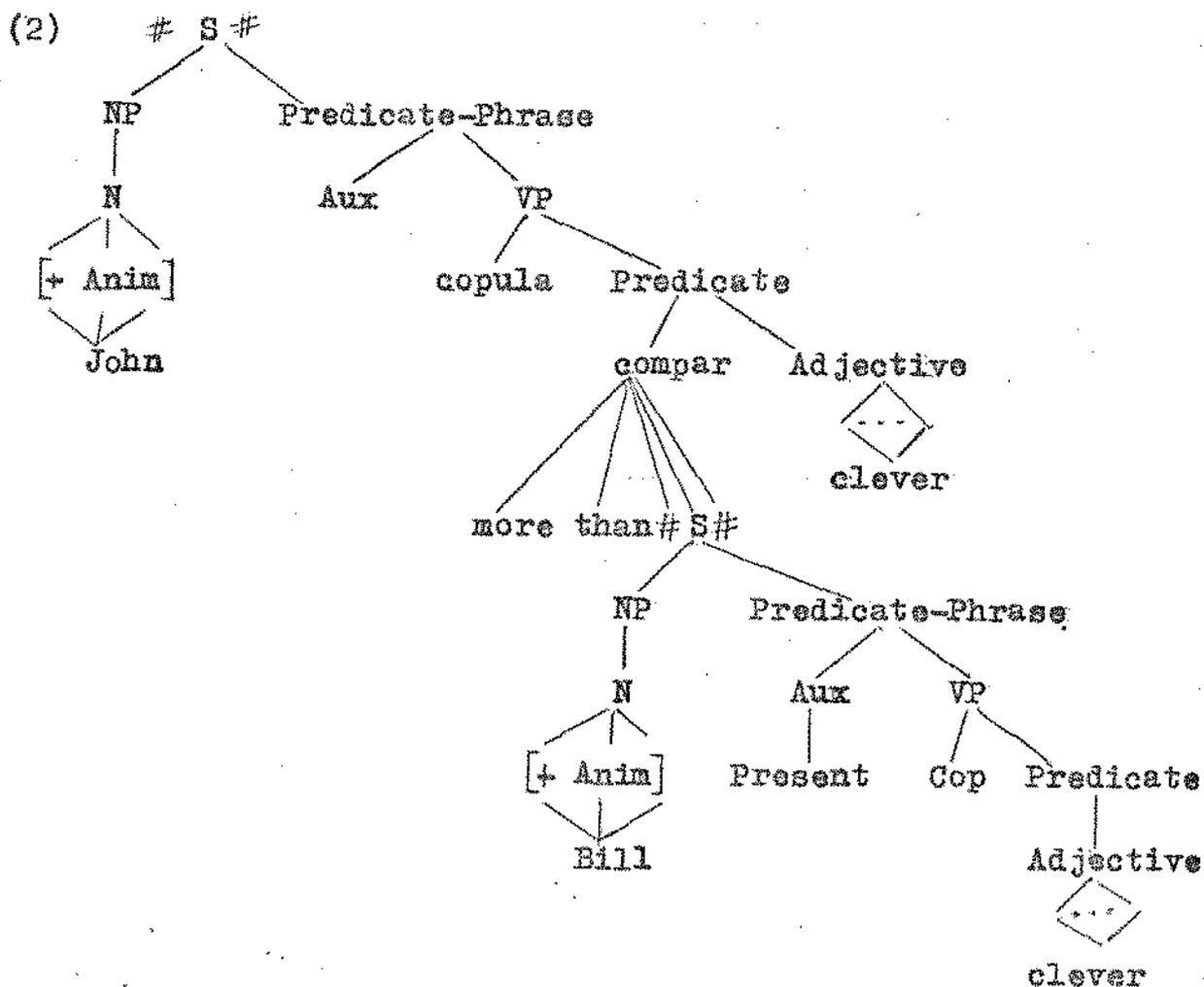
Nesta seção, mostraremos os principais traços da análise de sentenças comparativas proposta por Chomsky (1965).

A propósito de correferência e condições a que estão sujeitas as regras de "deletion" (apagamento), Chomsky atribui a uma sentença como (1):

(1) John is more clever than Bill.

'John é mais inteligente que Bill'

uma estrutura profunda como (2):



Um dos traços relevantes aqui é a interpretação da sentença comparativa (que aparece frequentemente na estrutura superficial como frase nominal) como uma sentença encaixada, gerada à esquerda do adjetivo da sentença matriz.

Na derivação de (1):

(1) John is more clever than Bill

é necessária a aplicação de uma regra de "deletion" (apagamento) do adjetivo da sentença encaixada. Este adjetivo está em relação de identidade com o adjetivo da sentença matriz. A regra aplica-se à cadeia (3):

(3) $\underbrace{1}_{NP} - \underbrace{2}_{is} - \underbrace{3}_{\dots} - \underbrace{4}_{\dots \# NP is} - \underbrace{5}_{Adjective} \# -$
 $\underbrace{6}_{Adjective}$

em que o adjetivo apagado é 5, e " ... - ... " é "as - as", "more - than".

Uma outra regra, a seguir, permuta 4 com 6, isto é, 4 passa para a direita de 6, apagando 4 à esquerda. Essa regra gera (4):

(4) John is more clever than Bill is.

'John é mais inteligente do que Bill é'.

Após, uma regra opcional apaga a cópula da sentença encaixada, produzindo (1).

Em resumo, segundo a análise de Chomsky, a sentença comparativa é uma estrutura subordinada, gerada à esquerda do adjetivo. Na derivação de sentenças comparativas, Chomsky precisa de uma regra de "deletion" (apagamento) do adjetivo da sentença subordinada e de uma regra de movimento da sentença subordinada que a coloca à direita do adjetivo da sentença matriz.

Existem, porém, objeções a uma análise desse tipo. Uma das objeções são as apresentadas por Ross e Perlmutter (1970). É o que veremos na seção B.

SEÇÃO B

Nesta seção mostraremos os principais argumentos de Ross e Perlmutter contra a análise de comparativas como estrutura encaixada.

Segundo Ross e Perlmutter, sentenças como (5):

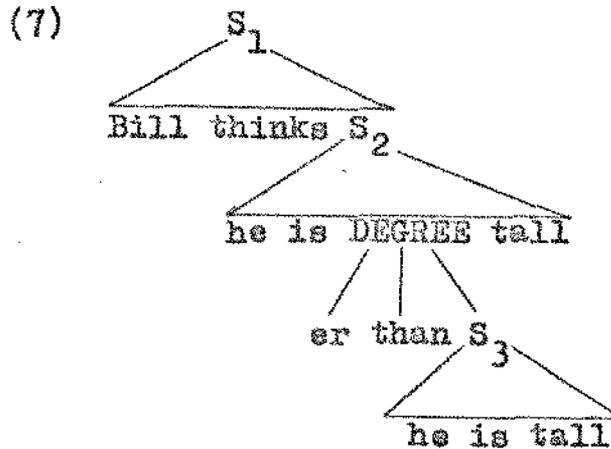
(5) Bill thinks that he is taller than he is.

'Bill pensa que ele é mais alto do que é' têm uma paráfrase como (6), em que a comparativa aparece fora de "thinks":

(6) The height Bill thinks he has exceeds the height he (actually) has.¹

'A altura que Bill pensa que tem excede a altura que ele (realmente) tem.'

Assim, de acordo com Ross e Perlmutter, a leitura de uma sentença como (6) não pode ser derivada de uma estrutura profunda como (7):



Ross e Perlmutter defendem que sentenças com parativas como (5) são aparentemente parte do objeto de "think". Na estrutura profunda, porém, elas devem aparecer fora do objeto de "think", se a paráfrase (6) da sentença (5) deve ser explicada.

Os argumentos que apóiam essa hipótese baseiam-se em sentenças como (8):

- (8) a. I thought that I was tall
'Pensei que era alto'
b. * I thought that I am tall.
'*Pensei que sou alto'.

Aqui, a sentença "that I was", que claramente está encaixada em "thought" provoca a não-gramaticidade de (8b), porque o verbo ("was") não está em concordância com o "tempo" da sentença matriz. Em outras palavras, o "tempo", segundo Ross e Perlmutter, não é livre na sentença encaixada, mas deve concordar com o da sentença matriz.

No entanto, as sentenças comparativas que pareçam em sentenças como (9):

- (9) a. Bill thought that he was taller than he was.
'Bill pensou que era mais alto do que ele era'.
b. Bill thought that he was taller than he is.
'Bill pensou que era mais alto do que é'

ocorrem com tempo livre. Isso é possível, segundo a hipótese de Ross e Perlmutter, porque elas não estão realmente encaixadas no verbo "thought".

Um segundo argumento baseia-se em dados como (10) e (11):

(10)* Bill thinks that Jane, it seems to me, is tall.

*'Bill pensa que Jane, parece-me, é alta'.

(11) Bill thinks that he is taller than Jane, it seems to me, has ever been.

*'Bill pensa que ele é mais alto do que Jane, parece-me, sempre foi.

Segundo Ross e Perlmutter, sentenças encaixadas não permitem sentenças parentéticas. Assim, (10) é não-gramatical porque tem uma sentença parentética dentro de uma sentença encaixada. Por outro lado, a sentença comparativa que ocorre em (11) parece não estar realmente encaixada em "thinks", porque permite a ocorrência de uma sentença encaixada dentro dela.

Em resumo, os argumentos dados por Ross e Perlmutter contra a análise de comparativa como estrutura subordinada são:

Primeiro, impossibilidade de relacionar, analisando-se comparativa como estrutura subordinada, a sentença (5):

(5) Bill thinks that he is taller than he is.

com a sua paráfrase (6):

(6) The height Bill thinks he has exceeds the height he (actually) has.

Segundo, o fato das sentenças comparativas ocorrerem com tempo livre, em oposição a sentenças realmente encaixadas que não admitem tempo livre.

Terceiro, o fato das sentenças comparativas admitirem sentenças parentéticas, enquanto outras orações subordinadas não o admitem.

Esses argumentos são discutidos por Bresnan e confrontados com outros fatos do inglês. A conside-

ração de outros fatos revela, segundo Bresnan, que os argumentos contra a análise de comparativas como estrutura encaixada são inconsistentes. É o que veremos na seção C.

SEÇÃO C

Aqui apresentaremos os argumentos dados por Bresnam (1970) em favor da análise de comparativas como sentenças encaixadas na estrutura profunda.

Bresnam mostra que, assim como (5)

(5) Bill thinks that he is taller than he is.
tem (6) como paráfrase

(6) The height Bill thinks he has exceeds
the height he (actually) has.

uma sentença como (12):

(12) Bill thinks that he is someone that he
isn't.

'Bill pensa que é alguém que não é'.

tem como paráfrase (13):

(13) The person Bill thinks he is is not the
person that he (actually) is.

'A pessoa que Bill pensa que é não é a
pessoa que ele (realmente) é.'

E mais, uma sentença como (14):

(14) Bill is thinking of Aristotle.

'Bill está pensando em Aristóteles',

tem (15) como paráfrase:

(15) The person Bill is thinking of is
(actually) Aristotle.

'A pessoa em que Bill está pensando é
(realmente) Aristóteles.

Sentenças como (12), que têm uma sentença relativa encaixada no verbo "thinks", têm uma paráfrase como (13) em que a sentença relativa não aparece encaixada no verbo "thinks".

Desse modo, se a paráfrase (6) da sentença (5)

deve ser explicada conforme Ross e Perlmutter querem, da mesma forma as paráfrases (12) e (14), respectivamente (13) e (15), têm que ser explicadas.

O passo seguinte de Bresnan é argumentar contra a afirmativa de que só sentenças não-encaixadas permitem tempo livre, com base em fatos como (16) e (17):

(16) I thought I was the one who is tall.

'Pensei que era o que é alto'.

(17) Bess thought that I verified your claim that she is tall.

'Bess pensou que verifiquei sua afirmação de que ela é alta'.

No caso da sentença (16), tem-se uma sentença relativa ocorrendo com tempo livre. Em (17), tem-se uma sentença complemento de NP ocorrendo com tempo livre. Todas as duas sentenças são tidas como encaixadas em "think".

Bresnan propõe como explicação desses fatos que sentenças encaixadas num núcleo concordarão opcionalmente quanto a "tempo" com o "tempo" da sentença matriz. Assim, as sentenças complementos de NP (que têm como núcleo palavras como "kind", "claim", etc.), sentenças relativas (que têm adjetivos, NP predicativos ou advérbio como núcleo) permitem tempo livre, conforme se pode constatar de (16) e (17) e da sentença (9b).

O argumento de que sentenças comparativas ocorram com sentenças parentéticas, enquanto as sentenças encaixadas não ocorrem com sentenças parentéticas, é contestado por Bresnan, através do argumento seguinte, que tem por base sentenças como (18):

(18) They think that Tom is someone that, it seems to me, he isn't.

*'Eles pensam que Tom é alguém que, parece-me, não é',

em que uma sentença relativa, tida como encaixada em "think", ocorre com uma sentença parentética.

Bresnan também aponta sentenças como (19):

(19)* I verified your claim that Bill, it seems to me, is tall.

*'Verifiquei sua afirmação de que Bill, parece-me, é alto',

em que uma sentença complemento de NP não permite sentença parentética.

E mais, Bresnan mostra que (20) é ambígua:

(20) The idea that Bess was the first to publish.

Pode-se entender: (a) " a idéia de que Bess foi a primeira a publicar " (interpretação da sentença como complemento de NP) ou (b) " a idéia que Bess foi a primeira a publicar " (interpretação da sentença encaixada como uma relativa).

A ocorrência de uma sentença parentética como (21):

(21) The idea that Bess, it seems to me, was the first to publish.

*'A idéia que Bess, parece-me, foi a primeira a publicar" , torna a sentença não-ambígua, isto é, só a leitura (b) é possível para (21).

Logo, a presença de sentenças parentéticas claramente distingue aí sentenças complementos de NP (que não ocorrem com sentenças parentéticas) das sentenças relativas (que permitem sentenças parentéticas).

Ora, conclui Bresnan, sentenças complementos de NP permitem "tempo" livre, mas proíbem sentenças parentéticas, enquanto sentenças comparativas e relativas permitem tanto "tempo" livre como sentenças parentéticas. Sendo assim, a conclusão de Bresnan é que Ross e Perlmutter devem postular (I) ou (II):

(I) A tolerância de sentenças parentéticas é somente propriedade das sentenças não-encaixadas (embora não de todas).

(II) "Tempo" livre é propriedade de todas (mas não só) as sentenças encaixadas.

(II) nega a hipótese de que "tempo" livre é argumento para se postular uma origem não-subordinada para as sentenças comparativas. (I) é falso, porque todas as sentenças não-encaixadas permitem sentenças parentéticas, conforme se pode constatar de (22)-(24):

(22) He didn't come, I don't think.

'Ele não veio, acho que não'.

(23) Remember to drink your milk, I say.

'Lembre-se de tomar seu leite, eu disse':

(24) Bess left and Helen, I think, stayed.

'Bess saiu e Helen, penso, ficou'.

Assim, a única maneira de se manter a hipótese de que as sentenças comparativas não têm uma origem subordinada é admitir que "tempo" livre não é argumento válido para se postular uma fonte externa para sentença tida como encaixada na estrutura superficial e postular que todas e somente as sentenças não-encaixadas permitem sentenças parentéticas.

Isso, segundo Bresnan, implicará em dizer que as sentenças relativas devem também ser geradas fora do complemento em que elas aparecem encaixadas na estrutura superficial. E há, realmente, propostas de derivação de sentenças relativas de estrutura não-subordinada. Segundo Bresnan, Annear (1967) tenta derivar (25) de uma estrutura não-subordinada como (26):

(25) A lady that I met downtown today spoke to me in Mundari.

'Uma senhora que encontrei na cidade hoje falou-me em mundari'.

(26) I met a lady downtown and she spoke to me in Mundari.

'Encontrei uma senhora na cidade e ela falou-me em mundari'.

Mas, para uma análise como esta, Bresnan tem a seguinte objeção: a negação de (25) não equivale à negação de (26). Assim, "Either didn't meet a lady downtown today or she didn't speak to me in Mundari"

(ou não encontrei uma senhora na cidade ou ela não me falou em mundari) não tem a mesma significação de "It is not the case that a lady that I met downtown spoke to me in Mundari" (não é o caso que a senhora que encontrei hoje na cidade falou-me em mundari).

Na base de tais fatos, diz Bresnan que qualquer análise que tente derivar uma estrutura subordinada de uma estrutura coordenada enfrentará problemas do tipo apontado acima.

Um outro argumento que Bresnan apresenta contra a hipótese de que comparativas são estruturas coordenadas na estrutura profunda baseia-se no fato de que uma sentença como (27):

(27) I am looking for a lady who speaks
Mundari.

'Estou procurando uma senhora que fala mundari',

em que a sentença encaixada é uma relativa, não é sinônima de nenhuma das suas sentenças coordenadas (28) e (29):

(28) Some ladies speak Mundari and I am
looking for a lady/her.

'Algumas senhoras falam mundari e eu estou procurando uma senhora/ela.

(29) Some ladies speak Mundari and I am
looking for one.

'Algumas senhoras falam mundari e eu estou procurando uma'.

O problema aqui é que não há uma maneira de derivar (27) sob uma leitura não específica.

Do exposto, conclui Bresnan não haver evidência sintática que permita se postular uma "fonte externa" para sentenças comparativas. E mais, ela acrescenta, o fenômeno em que uma estrutura encaixada no verbo "think" aparece fora dele nas paráfrases discutidas é um fenômeno geral. Na opinião de Bresnan, um fenômeno tal exige muito mais uma explicação interpretativa que

uma revisão das regras de base que geram comparativas, relativas e objetos não-sentenciais encaixados em "think".

Resumindo, Bresnan conclui:

Primeiro, que o fenômeno que consiste no aparecimento da comparativa (encaixada em "think" anteriormente) fora de "think" em paráfrase não é um fenômeno peculiar às comparativas. Tal fenômeno ocorre com relativas encaixadas em "think" e com objetos não-sentenciais de "think".

Segundo, que "tempo" livre também não é somente permitido a comparativas encaixadas em "think". "Tempo" livre também é permitido em sentenças relativas e completivas-nominais encaixadas em "think".

Terceiro, sentenças parentéticas não são só toleradas por comparativas encaixadas em "think". Sentenças relativas toleram também sentenças parentéticas, embora sentenças completivas-nominais não o permitam.

A partir desses fatos, Bresnan conclui que "tempo" livre não é argumento em favor de considerar comparativas como estruturas coordenadas. Mostra que só se pode aceitar a idéia de que a tolerância de estruturas parentéticas como argumento de que comparativa é não-subordinada se se disser também que relativas o são. Após, mostra que não há bons argumentos em favor de se gerar relativas como estruturas coordenadas e conclui que o fenômeno discutido de aparecimento de estruturas fora do verbo "think" como paráfrase de sentenças em que essas estruturas aparecem encaixadas em "think" pode ser explicado por regras de interpretação semântica.

NOTAS

1. Dentro da teoria 'standard' a sinonímia entre essas sentenças não é levada em conta. Realmente, só é possível levar em conta a sinonímia dessas sentenças se se admitir que a estrutura profunda de uma sentença é o marcador-frasal antes da inserção lexical. Em relação a uma teoria que define estrutura profunda desse modo, Chomsky mostra que não há argumentos convincentes em favor dela. Chomsky mostra ainda que essa teoria é uma variante notacional da teoria 'standard'.

CAPÍTULO II

Vimos no capítulo anterior que há argumentos em favor da análise das comparativas do inglês como estruturas subordinadas na estrutura profunda.

Neste capítulo, tentaremos demonstrar que também no português há argumentos em favor da análise das comparativas como subordinadas na estrutura profunda (seção A). Após, à luz do exame dos chamados tradicionalmente advérbios de intensidade, pesquisaremos a natureza das comparativas do português e paralelamente tentaremos demonstrar o possível parentesco entre comparativas e relativas (seção B). Finalmente, discutiremos alguns problemas decorrentes da análise de comparativas como estruturas aparentadas às relativas (seção C).

SEÇÃO A

Nesta seção, examinaremos a possibilidade de analisarmos ou não as comparativas do português como subordinadas.

Em inglês, vimos que sentenças que têm comparativas encaixadas em "think" têm como paráfrase sentenças em que o material encaixado aparece fora de "think".

Paralelamente, em português é fácil mostrar que existe fenômeno parecido, isto é, que sentenças comparativas encaixadas em "pensar", como (30):

(30) Pedro pensa que é maior do que ele é.
têm uma paráfrase em que o "material" encaixado em (30) está fora de "pensar", em sentenças como (31):

(31) A altura que Pedro pensa que tem excede a altura que ele (realmente) tem.

Vamos supor então, de acordo com a proposta de Ross e Perlmutter, que tal fato é uma evidência de que comparativas são somente na estrutura superficial

parte do objeto de "pensar" e que, na estrutura profunda devem aparecer fora do verbo pensar, para que seja possível explicar a leitura de (30) que está parafraseada em (31).

Vamos examinar também os tipos de argumento que apóiam tal proposta.

O primeiro argumento é o de que sentenças realmente encaixadas não têm "tempo" livre, mas que devem concordar com o "tempo" da sentença matriz.

Se isso é verdade, uma sentença em que aparece uma sentença encaixada cujo verbo concorda com o tempo da sentença matriz, é gramatical. E tal realmente ocorre como podemos ver em (32):

(32) Pensei que você era alto.

Mas uma sentença como (33) em que o verbo da sentença encaixada não concorda com o da sentença matriz é não-gramatical:

(33) * Pensei que você é alto.

Desse modo, parece que realmente o verbo da sentença encaixada deve concordar quanto a "tempo" com o verbo da sentença matriz.

Observemos o que acontece com comparativas, em sentenças como (34):

(34) Pedro pensou que ele era mais alto do que ele era.

Aqui, o verbo da comparativa concorda com o "tempo" da sentença matriz e a sentença é uma sentença gramatical. Mas podemos, também, ter sentenças como (35):

(35) Pedro pensou que ele era mais alto do que é.

em que o verbo da comparativa aparece sem "concordância de tempo" e a sentença é boa.

Assim, em relação a "concordância de tempo", as comparativas do português se comportam como estruturas não-encaixadas, se é verdade que este tipo de teste realmente distingue estruturas subordinadas de es-

truturas não-subordinadas.

Mas, tal como no inglês, não parece ser o caso que somente comparativas admitem "tempo" livre. Sentenças como (36), que tem uma relativa, sentença tida como encaixada, permite "tempo" livre:

(36) Pensei que era a pessoa que é alta.

Nem só relativas, mas também sentenças complementos de NP (que se supõe serem encaixadas) admitem "tempo" livre, como podemos verificar em (37):

(37) Pedro pensou que verifiquei sua afirmação de que Maria é alta.

Com base nesses fatos, podemos concluir que:

(a) ou o teste de tempo livre realmente não distingue sentenças subordinadas de não-subordinadas,
 (b) ou, se realmente esse teste tem validade, sentenças relativas, comparativas e completivas de NP não devem vir de uma estrutura subordinada.

Examinemos agora o argumento de que sentenças realmente encaixadas não admitem sentenças parentéticas.

Em português, sentenças encaixadas como (38) não admitem dentro de si parentéticas:

(38)* Pedro pensa que Maria, parece-me, é alta.

É parece ser o caso que em português, realmente todas as estruturas não-subordinadas admitem parentéticas, como podemos verificar em (39)-(41):

(39) Maria, pensei, deve estar zangada.

(40) Vá tomar banho, falei.

(41) Paulo saiu e Marcos, penso eu, ficou.

Mas, no caso do português, ao contrário do que acontece no inglês, as comparativas, tal como a sentença (38), não admitem sentenças parentéticas, conforme podemos ver em (42):

(42)* Pedro pensa que ele é mais alto do que Janice, parece-me, é.

Essa sentença não é uma sentença boa.

Do mesmo modo, sentenças relativas como (43) e sentenças complementos de NP como (44) não admitem parentéticas:

(43)* Ele pensou que João é alguém que, parece-me, não é.

(44)* João verificou sua afirmação de que Pedro, parece-me, é alto.

Essas sentenças são pelo menos estranhas.¹

Assim, se é verdade que a ocorrência de parentéticas distingue subordinadas de não-subordinadas, temos que admitir que comparativas são subordinadas na estrutura profunda.

Se, ainda assim, quisermos analisar as comparativas como não-subordinadas, teremos que analisar também as relativas e mesmo as sentenças complementos de NP como não-subordinadas. Mas, tal como no inglês, tentativas de gerar subordinadas de estruturas não-subordinadas têm que enfrentar alguns inconvenientes. Por exemplo, uma sentença relativa como (45):

(45) A senhora que encontrei na cidade não falou-me em guarani.

não é sinônima de (46):

(46) Ou não encontrei uma senhora na cidade ou ela não me falou em guarani.

Uma outra inadequação é a impossibilidade de gerar sentenças relativas como (47):

(47) Estou procurando uma mulher que fale guarani.

que não é sinônima nem de (48) nem de (49):

(48) Uma mulher fala guarani e eu estou procurando a mulher/ela.

(49) Algumas mulheres falam guarani e eu estou procurando uma.

Com base nesses fatos, concluímos que também para o português, não parece existirem argumentos convincentes em favor da análise de comparativas como não-subordinadas. Parece ser o caso que também para o por-

tuguês as paráfrases daquelas comparativas encaixadas em "pensar" (veja a discussão a respeito de sentenças (30) e (31) acima) exigem mais uma explicação interpretativa do que uma revisão das regras de base.

Realmente, o fenômeno que consiste no aparecimento de paráfrase como (31) para sentenças como (30), ocorre também com relativas, como podemos verificar em sentenças como (50) que tem como paráfrase (51):

(50) Pedro pensa que é alguém que não é.

(51) A pessoa que Pedro pensa que é não é
(realmente) a pessoa que ele é.

e até mesmo com objetos não-sentenciais encaixados em "pensar", conforme podemos observar em (52) que tem (53) como paráfrase:

(52) João está pensando em Maria.

(53) A pessoa em quem João está pensando é
(realmente) Maria.

Parece, pois, que o fenômeno em questão é, na verdade, um fenômeno muito geral e, por isso deve ser explicado por regras de interpretação semântica.

Nesta seção discutimos a possibilidade de analisar também as comparativas do português como estruturas subordinadas. Examinamos os argumentos que defendem a análise de comparativas como estrutura não-subordinada. Concluímos que também as comparativas do português podem ser geradas a partir de estruturas subordinadas. Mostraremos argumentos mais poderosos em favor de se analisar sentença comparativa como estrutura subordinada, na próxima seção, em que examinaremos a dependência entre comparativas e os chamados advérbios de intensidade.

SEÇÃO B

Vimos na seção anterior que há evidência em favor da análise de comparativa como estrutura subordinada na estrutura profunda.

Nesta seção, demonstraremos a possibilidade de se analisar as comparativas como estruturas associadas aos chamados advérbios de intensidade, ao mesmo tempo em que tentaremos demonstrar o possível parentesco entre comparativas e relativas (subseção I). Mostraremos também o paralelismo que existe entre adjetivos e advérbios (subseção II). Discutiremos alguns aspectos do comportamento dos advérbios de intensidade na subseção III e finalmente, na subseção IV, discutiremos alguns problemas relacionados à existência possível de um tipo de comparação em que o termo "comparado" parece ser o verbo.

I. Em "Remarks on Nominalization" (1970), Chomsky diz que a relação existente entre sentenças como (54) e (55):

(54) John has refused the offer.

'John recusou a oferta'.

(55) John's refusal of the offer.

'A recusa da oferta por John',

pode ser melhor explicada através da extensão do componente de base, do que através do enriquecimento do componente transformacional. Ele propõe que "refuse" entre no léxico como um item com alguns traços de subcategorização seletional e estrita e que seja livre com respeito a traços como [nomē] e [verbō]. Segundo Chomsky, as regras morfológicas (e idiosincráticas) determinarão a forma de "refuse" quando itens como este aparecerem na posição de nome. O fato de "refuse" tomar como complemento um NP ou uma sentença reduzida, como nome ou como verbo é expresso pela entrada lexical "neutral" como propriedade seletional. Segundo

Chomsky, os traços sintáticos provêm grande flexibilidade para expressar as generalizações concernentes às similaridades distribucionais.

Assim, a extensão das regras de base proposta por Chomsky pretende captar o paralelismo existente entre os elementos constituintes da sentença: paralelismo, por exemplo, entre nome (que consiste, de acordo com esta análise, num sistema de pré-determinantes) e verbo (que consiste também num sistema de pré-determinantes).

Chomsky capta as analogias em questão, definindo esquemas onde X é uma variável que vale para as três categorias lexicais: N (nome), A (adjetivo) e V (verbo).

Teremos assim, de acordo com essa análise, regras como (56) e (57):

$$(56) \bar{X} \rightarrow \dots X \dots$$

$$(57) \bar{\bar{X}} \rightarrow [\text{spec}, \bar{X}] \bar{X}$$

Pois bem, atribuindo a X seus valores, pode-se fazer corresponder a \bar{X} os grupos tradicionais NP, AP e VP; $[\text{spec}, \bar{N}]$ é o especificador, isto é, o determinante do nome (artigo, por exemplo); $[\text{spec}, \bar{A}]$ é o especificador do adjetivo (por exemplo, os advérbios de intensidade, como veremos adiante); $[\text{spec}, \bar{V}]$ é o especificador do verbo (o sistema de auxiliares, por exemplo).

Bowers (1970) estende a análise proposta por Chomsky (que discute principalmente o paralelismo existente entre a estrutura do Nome e a estrutura do Verbo) ao estudo da estrutura dos adjetivos. Em "Adjectives and Adverbs in English", Bowers aponta o paralelismo que existe entre Adjetivos e Nomes e entre Adjetivos e Advérbios do inglês e tenta estabelecer os pré-determinantes do Adjetivo e do Verbo.

Baseando-se parcialmente em Bowers, demonstrar-se-á aqui que as principais generalizações a

respeito da estrutura dos adjetivos do inglês valem também para o português. Através do estudo da estrutura do adjetivo em português pretendemos chegar, motivando empiricamente com outras partes da gramática do português, à natureza da estrutura da comparativa.

Examinemos, por exemplo, comparativas do português como (58):

(58) Pedro é menos estudioso que Maria.

Essa sentença pode ser relacionada, pela sua semelhança, a outras sentenças não-comparativas como (59):

(59) Maria é tão bonita que ninguém pode negar isso.

O que nos permite relacionar essas sentenças é o fato de que tanto (58) como (59) têm um adjetivo (respectivamente "estudioso" e "bonita") modificado por um advérbio de intensidade (respectivamente "menos" e "tão") e o adjetivo tanto em (58) como em (59) vem seguido por uma sentença (admitamos, para efeito de discussão, que "que Maria" vem de uma sentença plena).

Vamos supor que no português exemplos como (58) e (59) têm sentenças associadas ao advérbio de intensidade. Assim, sentenças como (60)-(63):

(60) Joana está tão contente que ri o tempo todo.²

(61) Teresa é mais simpática do que Maria.

(62) Pedro está muito atrapalhado para entender matemática agora.³

(63) João é tão ousado quanto sua irmã é tímida.

têm as sentenças encaixadas, a saber:

que ri o tempo todo

do que Maria

para entender matemática agora

quanto sua irmã é tímida

associadas aos advérbios de intensidade sublinhados existentes nas respectivas sentenças. Vamos supor também

que os advérbios de intensidade são especificadores (determinantes) dos adjetivos.

Se, realmente, as sentenças encaixadas em discussão estão associadas aos advérbios de intensidade, podemos supor que a ausência de advérbios nesse tipo de sentenças deve resultar na agramaticalidade das sentenças. E tal acontece realmente: sentenças como (64)-(67), em que não ocorre o advérbio de intensidade, são sentenças não-gramaticais:

(64) * Joana está contente que ri o tempo todo.

(65) * Teresa é simpática do que Maria.

(66) * Pedro está atrapalhado para entender ma temática agora.

(67) * João é ousado quanto sua irmã é tímida.

Parece que, realmente, temos que admitir a as socição entre advérbios de intensidade e sentenças en caixadas, nos exemplos em questão.⁴

Um outro argumento parece apoiar essa hipótese. Trata-se do fato de que os advérbios de intensidade parecem "governar" a escolha dos complementizadores que seguem os adjetivos. Assim, se mudarmos os complementizadores (as chamadas conjunções) em (60)-(63), o resultado será a não-gramaticalidade dessas sentenças. E isso podemos constatar de (68)-(71) abaixo:

(68) * Joana está tão contente quanto ri o tempo todo.

(69) * Teresa é mais simpática quanto Maria.

(70) * Pedro está muito atrapalhado que entender (entende) matemática agora.

(71) * João é tão ousado que sua irmã é tímida.

Assim, os fatos acima mostram claramente que as sentenças encaixadas que seguem os adjetivos em (60)-(63) estão associadas aos advérbios-especificadores des ses adjetivos. E isto nos permite relacionar os nomes com relativas a adjetivos especificados com advérbios que tenham uma sentença associada. Isto é, parece ser

o caso que Adjetivos e Nomes são semelhantes na estrutura profunda: a estrutura do Nome com relativa (tal como (72)) e a estrutura do Adjetivo especificado por advérbio que tem sentença associada (tal como (73)) são paralelas:

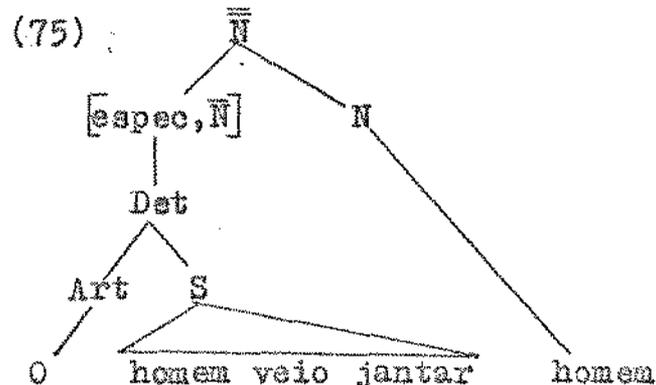
(72) Art - N - S

(73) Adv. - Adj. - S

Se essa hipótese está correta (e há proposta de análises semelhantes para relativas do francês e do inglês), uma relativa como (74):

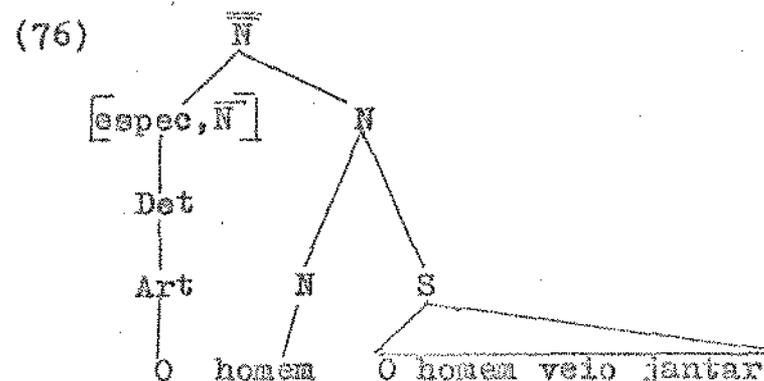
(74) O homem que veio jantar.

teria uma estrutura profunda aproximadamente como (75):



em que \bar{N} é uma arqui-categoria, $[\text{espec}, \bar{N}]$ é o correspondente ao sistema de determinantes do nome (no caso o artigo e a sentença associada).

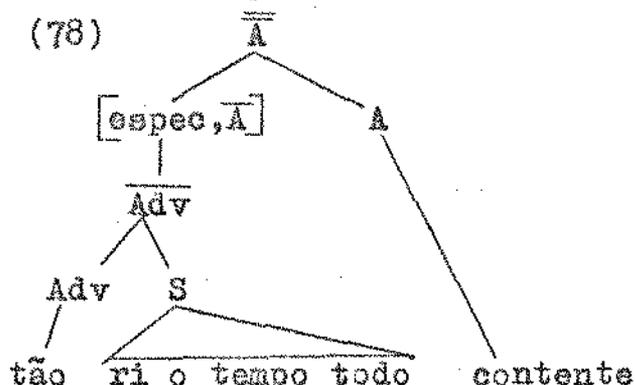
Observe que nessa hipótese é necessária uma transformação que coloque a relativa à direita do nome. Assim, se esta transformação se aplicar a (75), ela produzirá uma estrutura derivada como (76):



Paralelamente, para uma sentença como (77):

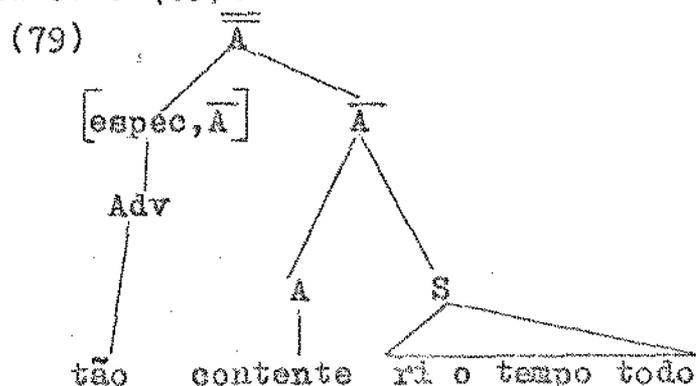
(77) Tão contente que ri o tempo todo.

vamos propor, supondo que até então nossa análise esteja correta, uma análise essencialmente idêntica à estrutura interna da relativa. Assim, a estrutura profunda de (77) seria aproximadamente (78):



em que \bar{A} é uma arqui-categoria que domina A (adjetivo) e $[\text{espec}, \bar{A}]$ inclui o sistema de pré-determinantes do adjetivo.

Semelhante à regra que move a sentença encaixada nas relativas, aqui também se aplica uma regra que move a sentença encaixada, produzindo uma estrutura derivada como (79):



donde (78) é derivada sem maiores problemas.

Em resumo, a regra que extrapõe a relativa para a direita do Nome e a regra que extrapõe a sentença associada ao advérbio-especificador para a direita do adjetivo têm a mesma forma. Uma se aplica à cadeia (80):

(80) Art - S - N - e \implies Art - \emptyset - N - S
 "e" aqui é o elemento ideêntico e que é substituído por S. A outra aplica-se à cadeia (81):

(81) Adv - S - Adj - e \implies Adv - \emptyset - Adj - S

Se sentenças determinantes de adjetivos e relativas têm estruturas aparentadas, é legítimo examinar se elas realmente têm o mesmo comportamento sintático para que possamos generalizar as regras (como no caso da regra de extraposição de relativas e de sentenças associadas a advérbio de intensidade) em uma só regra.

É exatamente o que faz Bowers, quando tenta mostrar que as regras de extraposição de comparativas e de relativas não só têm a mesma forma como também estão sujeitas às mesmas restrições. Por exemplo, a sentença relativa encaixada em (82):

(82) Eu vi a prova do teorema que causou con
trovérsia.

foi movida para depois de todo o N. No entanto, não se permite que essa sentença seja movida para depois de N (prova), como constatamos de (83):

(83)* Eu vi a prova que causou con
trovérsia do teorema.

Do mesmo modo, a sentença associada ao advérbio-especificador deve ser movida para o fim de todo o \bar{A} , conforme podemos constatar de (84) e (85):

(84) Sou tão avesso a festas quanto Maria o
 é.

que é uma sentença boa, em oposição a

(85)*Sou tão avesso quanto Maria o é a festas.⁵

De fatos como esse existentes nas relativas e sentenças associadas a advérbios de intensidade do inglês, Bowers conclui que, se estas duas transformações têm operações idênticas e obedecem às mesmas restrições, é lícito generalizar as duas transformações numa só.

Mas Milner defende que uma analogia como esta não prova nada em particular em relação a Adjetivos e Nomes (e conseqüentemente em relação a comparativas

e relativas). Para Milner, uma explicação mais geral pode explicar a limitação de movimento de relativas e comparativas em discussão. E há, segundo ele, uma condição geral sobre transformação, condição proposta por Chomsky, que é a que se segue:

Nenhuma regra pode deslocar um elemento da posição Y para a posição X numa estrutura como (86):

(86) ... β ... [α ... Y ...] X

em que $Y \neq \alpha$ e α, β são categorias cíclicas.

E Milner realmente mostra que existem outros fatos (que não este) que justificam a generalização de, pelo menos, comparativas e relativas numa só regra. Esses fatos estão relacionados com o movimento de nomes em estruturas relativas e interrogativas (que estão associadas a relativas).

Milner mostrou que o parentesco entre relativas e comparativas existe no francês. No português, não é difícil comprovar sua existência. Por exemplo, Perini (1974) em "Regras de transporte e relativização em português" estuda a possibilidade da existência de uma regra que transporta a NP relativizada ou interrogada para o início da sentença. Segundo ele, uma sentença como (87):

(87) As galinhas que vi botar eram gordas.

teria uma estrutura subjacente aproximadamente como (88):

(88) As galinhas [eu vi as galinhas-Q] botar.

Na derivação de (87), segundo ele, aplica-se a regra de "transporte relativo" que coloca "galinhas-Q" na primeira posição da sentença. Essa regra, segundo ele, é responsável pela posição de que em sentenças como (87).

Agora, verifiquemos a sentença (89) estudada por Perini:

(89) As galinhas que você disse que botaram eram gordas.

Numa sentença como essa, é lícito supor que

o NP "as galinhas", o sujeito da sentença encaixada "eram gordas" (na estrutura profunda teríamos "as galinhas eram gordas"), foi transportado para o início da sentença "que você disse".

Agora, observe sentenças comparativas como (90):

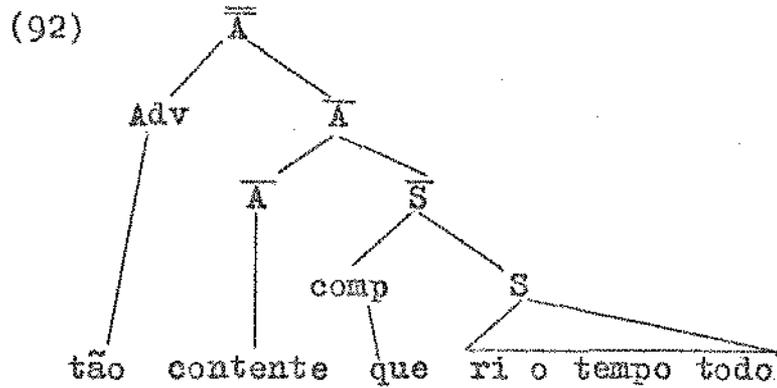
(90) Joana não é tão bonita quanto você disse que ela era.

Parece que, em tal caso, é lícito supor também que em comparativas existe uma regra de "transporte" que coloque o adjetivo "relativizado" na primeira posição da sentença. Assim, numa sentença como (90), parece razoável supor que o adjetivo "bonita" da sentença encaixada "que ela" ("que ela era bonita", na estrutura profunda) foi transportado para o início da sentença "quanto você disse" e isso é que explicaria a presença de "quanto" no início da segunda sentença.

Concluindo, parece-nos bem razoável analisar comparação (e não todas as sentenças associadas a advérbios de intensidade) e relativização como uma só regra. Realmente há evidências para isso. É, no entanto, necessário pesquisar mais para ver se esse tipo de generalização se mantém ou não, se há alguma diferença entre comparativas e relativas, enfim, pesquisar em que aspectos elas são semelhantes e em que aspectos elas se diferenciam.

Bem, uma outra possibilidade de análise das sentenças associadas a advérbios de intensidade é dizer que essas sentenças não estão associadas a advérbios como tão, mais, menos, etc. Nesse caso, poder-se-ia dizer que as sentenças em questão são complementos de adjetivos que, por sua vez, têm advérbios como especificadores. Assim, uma sentença como (91):

(91) Tão contente que ri o tempo todo teria uma estrutura como (92):



Uma das vantagens de uma análise como essa seria a de não precisarmos de uma regra de extraposição para gerarmos sequências como (91).

Contra essa análise, porém, temos os seguintes fatos:

Os adjetivos têm realmente complementos sentenciais parecidos com complementos sentenciais de VP, conforme se constata de (93) e (94):

(93) João está recesso de ser mal interpretado.

(94) João está convencido de que está sendo mal interpretado.

Parece ser verdade que essas sentenças não são do mesmo tipo das sentenças que estamos chamando de sentenças associadas a advérbios de intensidade, dado que temos a ocorrência simultânea dos dois tipos de sentenças em questão. Mostramos aqui as sentenças (95) e (96) em que os dois tipos de sentenças ocorrem:

(95) João está tão recesso de ser mal interpretado que não abre a boca nas reuniões.

(96) João está tão convencido de que está sendo mal interpretado que não abre a boca nas reuniões.

Por outro lado, note-se que as sentenças associadas a advérbios de intensidade não podem ser de vários tipos, porque os advérbios de intensidade são importantes na "escolha" do tipo do complementizador. No caso de sentenças complementos de adjetivo, no entando

to, elas podem ser de vários tipos, como se pode constatar de (97) e (98):

(97) João está receoso de que Maria seja mal interpretada.

(98) João está receoso de Maria ser mal interpretada.

Finalmente, as sentenças associadas a advérbios de intensidade não admitem a aplicação de "cleft", enquanto as sentenças complementos de adjetivos o admitem. Contrastemos, por exemplo, (99) e (100) que são sentenças complementos de adjetivos com (101) e (102) que, ao que tudo indica, não o são:

(99) João está receoso é de ser mal interpretado.

(100) João está convencido é de que é o melhor.

(101)* João está tão receoso é que não abre a boca nas reuniões.

(102)* João é mais convencido é que (do que) Maria.

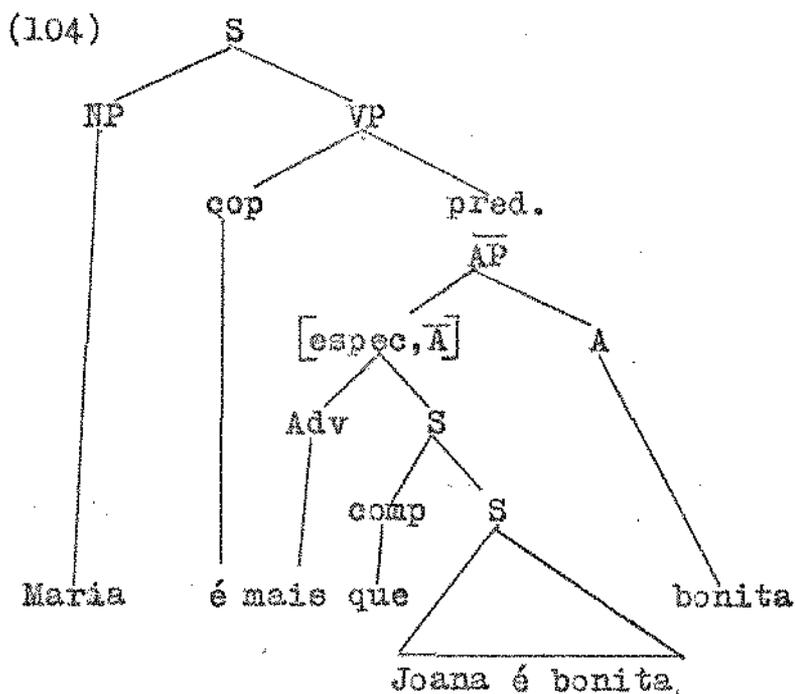
Desses fatos, concluímos haver realmente evidências que permitem analisar as sentenças que temos, chamadas de sentenças associadas a advérbios de intensidade, como sentenças diferentes das do tipo complementos de adjetivos. E admitimos também uma classe de advérbios que ocorrem na posição de especificador.

Admitimos também que entre as classes de sentenças que parecem pertencer ao especificador dos adjetivos (isto é, sentenças associadas aos advérbios de intensidade) estão as comparativas. Têm elas, de modo geral, a mesma estrutura das sentenças-complementos de advérbios de intensidade, discutidas acima.

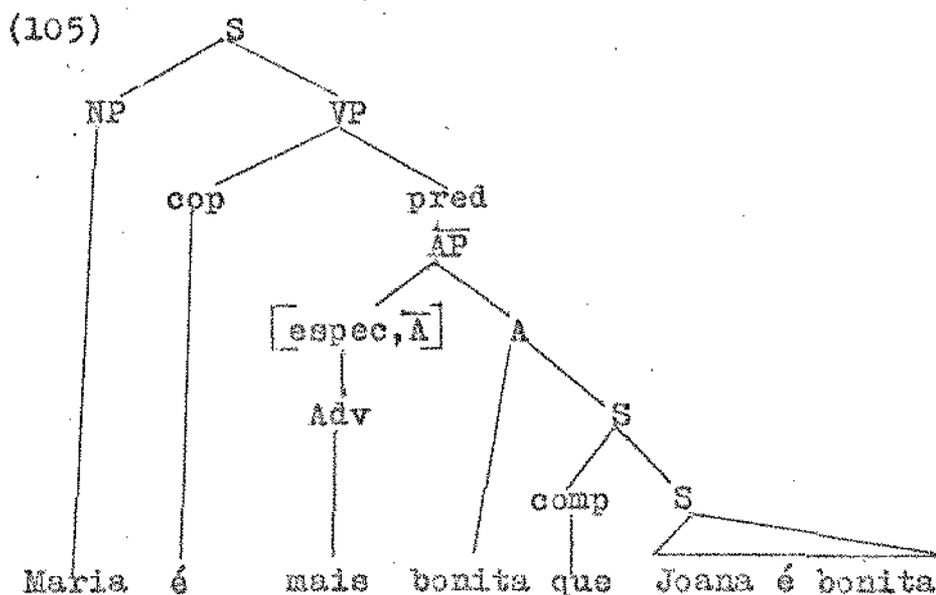
Assim, uma comparativa como (103):

(103) Maria é mais bonita que Joana.

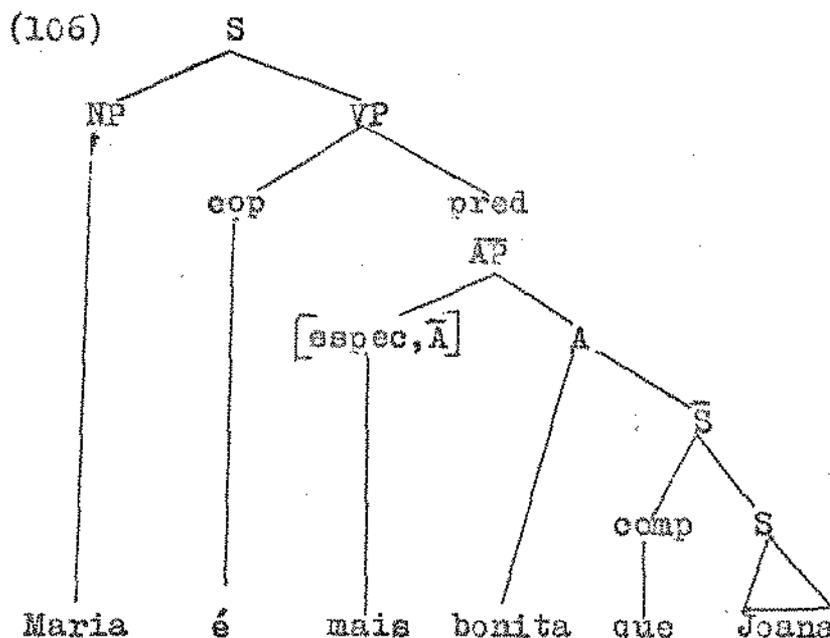
tem aproximadamente, supomos, uma estrutura profunda como (104):



Na geração de (103) precisamos de uma regra de extraposição da comparativa, regra da forma discutida acima, que dará um marcador como (105):



Precisaríamos, também (e não estamos aqui indicando a ordem das regras) de uma regra de apagamento (ou quem sabe de "transporte" como no caso da relativa) que apagaría o adjetivo da sentença encaixada, adjetivo que está em relação de identidade com o da sentença matriz e teríamos finalmente (106):



Deixaremos para discutir no terceiro capítulo o problema de condição de identidade entre o adjetivo da sentença encaixada e o da sentença matriz, nas comparativas.

Em resumo, o estudo do adjetivo revela propriedades importantes da natureza da estrutura profunda das comparativas. Há evidência, estudando-se alguns tipos de sentenças associadas a advérbios de intensidade (as consecutivas, por exemplo) de que as comparativas estejam, na estrutura profunda, à esquerda do adjetivo-núcleo (A) e de que realmente elas sejam estruturas encaixadas no especificador do adjetivo. Há evidências, também, que favoreçam a hipótese de que comparativas e relativas são estruturas aparentadas, a saber, o movimento do nome-Q para o início da sentença no caso de relativas e movimento semelhante do adjetivo que aparece na sentença encaixada, no caso das comparativas.

II. Nesta subseção examinaremos a possibilidade de analisarmos alguns advérbios como estrutura aparentada com adjetivos.

Em relação aos advérbios do português, as

gramáticas pedagógicas subclassificam os advérbios em: advérbios de tempo (hoje, amanhã, etc.), advérbios de lugar (aqui, ali, etc.) e entre outros subgrupos sugerem também que existe a subclasse dos advérbios de modo (mal, bem, etc.). Incluem entre os advérbios de modo um conjunto aberto de advérbios em "mente".

Uma possibilidade de análise desses advérbios de modo é a possibilidade de derivá-los transformacionalmente das formas adjetivas no feminino, relacionadas aos advérbios. Uma hipótese como essa apoiaria, de certo modo, a hipótese para a derivação de nominais derivados através de transformação.

E fatos que parecem apoiar essa hipótese (que vamos chamar de hipótese transformacionista) existem, como por exemplo, o fato de que as restrições de seleção que governam os verbos e seus advérbios associados são sempre idênticos às restrições de seleção que relacionam adjetivos e nomes, como podemos constatar de (107) e (108):

- (107)a. Sua desintegração rápida.
- b. Ele se desintegrou rapidamente.
- (108)a.* Seu crescimento exaustivo.
- b.* Ele cresceu exaustivamente.

Mas, note que argumentos como tais sofrem os mesmos defeitos dos argumentos que defendem a derivação através de transformação de nominais derivados a partir de sentenças. Por exemplo, a hipótese transformacionista não pode dar conta dos seguintes fatos:

Sequências como (109a) e (110a) perfeitamente aceitáveis:

- (109)a. A grande coragem de Maria.
- (110)a. A ação bonita de Pedro.

não têm como correspondentes sentenças como (109b) e (110b):

- (109)b.* Maria se encorajou grandemente.
- (110)b.* Pedro agiu bonitamente.

Aqui, o adjetivo em (a) não tem forma adverbial correspondente em (b).

Essa hipótese também não dá conta do fato oposto, ou seja, do fato de que certos advérbios, como o que está em (111a):

(111)a. Ele se enganou redondamente.

não têm a forma adjetiva correspondente, conforme podemos verificar em (111b):

(111)b.* O seu engano redondo.

Desse modo, a hipótese transformacionalista parece não ser defensável aqui, pois que se a admitíssemos, teríamos que atribuir traços arbitrários (que impediriam a derivação de certos advérbios de determinados adjetivos). Muito bem, e como é que explicaríamos a existência de certos advérbios em estruturas paralelas a estruturas em que certos adjetivos não ocorrem? Ora, essas idiosincrasias dos advérbios, esses "gaps" lexicais parecem propriedades típicas do léxico. Assim, os fatos de (109)-(111) discutidos aqui parecem, na verdade, fortalecer a hipótese que estamos chamando de lexicalista também para explicarmos as analogias que existem entre advérbios e adjetivos.⁶

Realmente, as similaridades que existem entre as restrições de seleção que governam nome e adjetivo de um lado, e verbos e advérbios de outro, constituem generalizações que qualquer teoria da gramática deve captar. Então, como essas generalizações seriam captadas dentro da hipótese lexicalista? Podemos, evidentemente, expressar as similaridades existentes entre adjetivos e advérbios formalmente, fazendo com que no léxico as formas da raiz do adjetivo apareça, sem especificação de sua categoria gramatical (tal como Chomsky propôs que se procedesse com a manipulação de problemas similares no tratamento de nominais derivados). Desse modo, as restrições seletivas governarão os núcleos nominal e verbal. A generalização que interessa será captada por meio das regras de redundância lexical.

Quando a forma da raiz for inserida sob um nódulo adjetivo, tomará a mesma forma fonológica, mas quando for inserida sob um nódulo adverbial, haverá uma mudança morfológica, a adição de "mente".⁷

Não existem somente similaridades com respeito às restrições de seleção entre adjetivos e advérbios. Parece ser o caso que a estrutura interna dos advérbios (e não somente dos advérbios de modo) é essencialmente idêntica à dos adjetivos discutidos antes. Tal como acontece com os adjetivos, os advérbios têm um sistema de pré-determinantes muito aparentado com o sistema de pré-determinantes dos adjetivos. Os advérbios podem ter como determinantes advérbios de intensidade associados a sentenças de vários tipos, conforme podemos verificar nos exemplos (112)-(116):

(112) Abriu tão desastradamente a janela que todos os vidros se partiram.

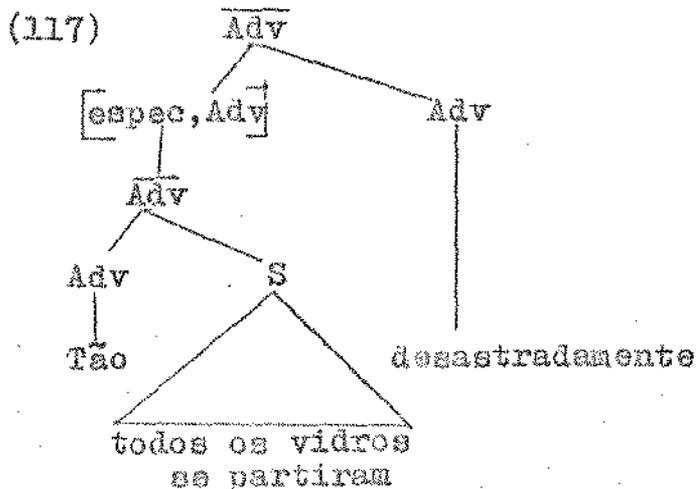
(113) Leu muito depressa para ter entendido alguma coisa.

(114) Falou mais convincentemente que Paulo.

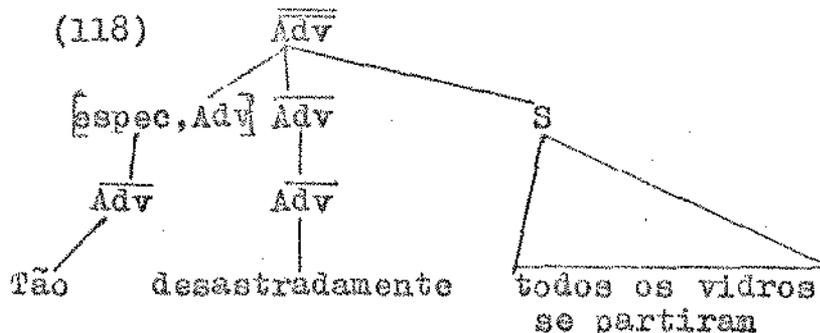
(115) João falou tão rapidamente quanto agiu.

(116) Zefa andou menos apressadamente do que precisava.

Desse modo, é razoável supor que a estrutura desses adjetivos é aproximadamente (117), admitindo-se que a análise proposta para os adjetivos está correta:



Aqui, para gerarmos (112) precisamos de uma regra que move a sentença associada a "tão" para fora do especificador adverbial e o coloca para a direita do advérbio, produzindo algo como (118):



Essa regra, é claro, é idêntica à regra que move a sentença para fora do especificador adverbial e o coloca a direita dos adjetivos. Essa transformação, no caso dos adjetivos, aplica-se à cadeia (119):

(119) Adv - S - $\overline{\text{Adj}}$ - e

e a regra adverbial correspondente aplica-se a (120):

(120) Adv - S - $\overline{\text{Adv}}$ - e

Nos dois casos, o efeito da transformação é o mesmo, ou seja, a substituição de "e" por S. Assim, como no caso dos adjetivos, essa regra diz que a sentença em questão deve ser colocada no final de todo Adv. É claro que a regra que extrapõe a sentença do especificador tanto no caso dos adjetivos como no caso dos advérbios, é a mesma e realmente poderíamos expressar esse fato abreviando (119) e (120) em (121):

(121) Adv - S - A⁸

Outro fato que apóia a análise dos adjetivos e advérbios como estruturas aparentadas é o de que os advérbios e os adjetivos ocorrem com o mesmo tipo de especificador. Temos por exemplo:

(122) Ele é muito delicado.

(123) Ele falou muito delicadamente.

(124) Ele é tão delicado !

(125) Ele falou tão delicadamente !

(126) Ele é menos delicado que Pedro.

(127) Ele falou menos delicadamente do que devia.

(128) Ele é mais delicado que Pedro.

(129) Ele falou mais delicadamente do que devia.

Assim, a regra que expande tanto o especificador do adjetivo e o especificador do advérbio é uma só:

(130) [espec,A] → Adv

Em resumo, é possível explicar a relação existente entre os advérbios de modo e os adjetivos associados, através da base. Isso só vem apoiar a hipótese que estamos chamando de lexicalista.

III. Nesta subseção trataremos dos advérbios que fazem parte do [espec,A], isto é, dos advérbios que comumente chamam de advérbios de intensidade.

As gramáticas normativas incluem no inventário de advérbios desse tipo, dentre outros, os seguintes: bastante, demais, mais, menos, muito, pouco, tanto, tão,⁹ quase, assaz, bem.

Na verdade, gostaríamos que esses advérbios se diferenciasssem de algum modo dos outros tipos de advérbios. E isso parece acontecer. Uma das diferenças entre esses advérbios e o restante é que, justamente os advérbios de intensidade podem ocorrer com uma sentença associada a ele. Os exemplos de (131) a (138) mostram isso:

(131) Maria é bastante preguiçosa para fazer alguma coisa.

(132) Ela é teimosa demais para alguém suportá-la.

(133) João é mais teimoso que Pedro.

(134) João é menos teimoso que Pedro.

(135) Essa cama é muito fina para se dormir nela.

(136) Ele é pouco esforçado para conseguir tal coisa.

(137) Esse jarro é tão bonito quanto o que Maria comprou.

(138) Ela é teimosa assaz para insistir no projeto.

Essas sentenças são gramaticais em oposição às seguintes que são, no mínimo, estranhas:

(139)* Ela sorriu levemente para alguém notar isso.¹⁰

(140)* Abriu a porta distraidamente para alguém notar.

(141)* O menino ficou aqui para que alguém duvide disso.

Aqui, advérbios de modo como (139) e (140) ou advérbios de lugar como (141) não ocorrem com sentenças. Na verdade, as sentenças (139) e (140) podem ser gramaticais, mas sua leitura é completamente diferente de (131) ou (132). Sentenças como (131) podem ser parafraseadas por uma consecutiva como (142):

(142) Maria é tão preguiçosa que nada faz.

No entanto, (139) e (140) só são gramaticais sob uma leitura que vamos chamar de "final".

Pode-se, no entanto, argumentar que as sentenças (131), (132), (135), (136), (138) não têm sentenças associadas ao advérbio de intensidade. Isto é, que a sentença iniciada por "para" não está associada ao advérbio de intensidade, dado que sentenças como (143), (144) e (145) são perfeitamente gramaticais:

(143) É tarde para sair.

(144)? Ela é teimosa para Pedro suportá-la.

(145) Ele é esforçado para conseguir tudo o que quer.

Essas sentenças não ocorrem com advérbio de intensidade, mas permitem a ocorrência de sentença iniciada por "para" com a leitura que estamos chamando de "consecutiva".

Esse tipo de objeção não se sustenta se levamos em consideração os fatos que seguem:

As sentenças (146)-(148) são não-gramaticais:

(146) * Ele é mais casado do que Joana.

(147) * Esse número é menos ímpar que aquele.

(148) * João é muito solteiro.

A não-gramaticalidade dessas sentenças é causada pela intensificação de adjetivos, que, por natureza semântica, não podem ser intensificados.

Ora, é muito curioso que justamente esses adjetivos não possam ocorrer com sentenças iniciadas por "para" consecutivo, conforme poderemos observar de (149) a (151):

(149) * Joana é casada para sair na rua sozinha.

(150) * Esse número é ímpar para fazermos aquela operação.

(151) * Leila é solteira para ser alegre.

que são sentenças não-gramaticais.

Os fatos (149)-(151) terão uma explicação se postularmos a existência de um advérbio de intensidade subjacente (apagado na estrutura de superfície), modificando os adjetivos "casado", "ímpar" e "solteiro". Em outras palavras, os adjetivos ou advérbios seguidos por sentença iniciada por "para" consecutivo têm sempre um advérbio de intensidade na estrutura profunda, apagado ou não na estrutura de superfície. Assim, as sentenças (143)-(145) podem ser parafraseadas perfeitamente por (152)-(154):

(152) É muito tarde para sair.

(153) Ela é muito teimosa para Pedro superá-la.

(154) Ele é muito esforçado para conseguir tudo o que quer.

Desse modo, as sentenças (143)-(145) não contrariam a afirmação de que os advérbios de intensidade podem, qualquer um, ocorrer com sentenças associadas e de que a maior parte deles ocorre possivelmente com um só tipo de sentença, a sentença "consecutiva".

Um outro possível contra-exemplo diz respei-

to ao advérbio "quase", incluído em algumas gramáticas pedagógicas como advérbio de intensidade. Esse advérbio não pode ocorrer com sentenças associadas a ele. A sentença (155), por exemplo, é no mínimo estranha:

(155)? Essa cama é quase fina para se dormir nela.

Ora, gostaríamos de não incluir "quase" no subconjunto dos advérbios de intensidade. No entanto, não poderíamos usar como argumento o fato dele não ocorrer com uma sentença associada, o que nos levaria a uma circularidade do tipo: não é advérbio de intensidade, porque não ocorre com uma sentença associada; não ocorre com uma sentença associada porque não é advérbio de intensidade.

Evidentemente, no que concerne às suas características semânticas, "quase" não expressa exatamente uma quantificação. Por outro lado, "quase" nem sempre se comporta como um advérbio de intensidade, por exemplo, "quase" pode ocorrer com adjetivos que, por suas características semânticas, proíbem quantificação, conforme observamos em (156):

(156) Maria é quase casada.

Por outro lado, "quase" ocorre em posições em que nunca outros advérbios de intensidade ocorrem, conforme podemos observar nos exemplos seguintes:

(157) João é quase tão alto quanto Antônio.

(158) * João é bem tão alto quanto Antônio.

(159) * João é menos tão alto quanto Antônio.

(160) * João é muito tão alto quanto Antônio.

Dados esses fatos, parece que é razoável supor que "quase" não deve ser incluído entre os advérbios-especificadores, que determinam adjetivos ou advérbios.

Com respeito ainda aos especificadores dos adjetivos e advérbios, é interessante notar que o advérbio-especificador pode, por sua vez, ser especificado, conforme podemos observar de exemplos como (161):

(161) Ele é muito mais educado que Pedro.
 em que, claramente, "muito" pertence ao especificador de "mais". É realmente, se nossa análise está correta até aqui, podemos acrescentar a (161) uma sentença associada ao advérbio "muito" conforme podemos observar em (162):

(162) Ele é muito mais educado que Pedro para alguém duvidar disso.

Isso sugere que os advérbios-especificadores (advérbios de intensidade) têm uma estrutura interna paralela aos adjetivos. É, tanto quanto o quadro teórico adotado permite, podemos supor que a regra que expande o especificador é (163):

$$(163) \bar{A} \rightarrow [\text{espec}, \bar{A}] \bar{A}$$

$$[\text{espec}, \bar{A}] \rightarrow \bar{A}$$

em que \bar{A} é um advérbio ou um adjetivo.

Desse modo, introduziríamos a recursividade existente nas regras de base que expandem o $[\text{espec}, \bar{A}]$ e captamos o paralelismo existente entre advérbios de intensidade e adjetivos. Também preveríamos o fato de que os próprios especificadores podem ocorrer, por sua vez, com outros especificadores.

É interessante observar, no entanto, que a regra (163) tal como está formulada permite não só a geração de sentenças gramaticais como a geração de sentenças não-gramaticais, conforme se pode constatar dos exemplos:

(164) Esse argumento é muito pouco convincente.

(165) Maria é muito menos estudiosa que Joana.

(166) * Esse argumento é pouco muito convincente.

(167) * Maria é menos muito estudiosa que Joana.

A não-gramaticalidade das sentenças (166) e (167) se deve à incompatibilidade semântica dos advérbios de quantidade que aparecem nessas sentenças. Assim,

claro que é necessário formular a regra de [espec,A] de tal modo que a ocorrência de certos advérbios de intensidade antes de alguns outros advérbios de intensidade seja impedida. Para tal, é necessário, possivelmente, que se marque os advérbios de intensidade de tal modo que torne possível prever a não co-ocorrência de dois advérbios incompatíveis. Essa solução, a princípio nos parece "ad hoc", mas por ora não temos nenhuma outra solução alternativa. Deve-se pesquisar mais o comportamento dos advérbios de intensidade para que se consiga chegar a uma solução satisfatória. Tal tarefa, no entanto, extrapola o âmbito do nosso trabalho.

Como conclusão, é necessário que se diga que os advérbios característicos das sentenças comparativas são "mais", "menos" e "tão"(tanto).

Nesta seção, tentamos estudar as principais características dos advérbios-especificadores. Parece que há argumentos sintáticos que permitem opor os advérbios-especificadores (advérbios de intensidade) aos outros advérbios. Vimos também que é possível analisar a estrutura dos advérbios de intensidade como estrutura aparentada com a estrutura interna dos adjetivos. Finalmente, tocamos no problema da restrição da co-ocorrência de mais de um advérbio de intensidade.

IV; Um problema que precisa ser melhor investigado diz respeito a sentenças como (168)-(171):

(168) Maria comeu mais do que João.

(169) Os jogadores estão comendo demais.

(170) Ela trabalhou muito.

(171) Charou tanto quanto devia.

em que a sentença comparativa possivelmente faz parte não do especificador do advérbio ou do adjetivo, mas do especificador do verbo.

Na verdade, não temos maiores evidências de que comparativas (e mesmo advérbios de intensidade) façam parte do especificador dos verbos. Por outro lado,

dentro do arcabouço teórico adotado nesse trabalho não está previsto um parentesco tão grande entre verbo e nome. Quero dizer com isto que, embora realmente se reconheça um parentesco entre todas as categorias maiores (NP, VP, AP), no que concerne ao sistema de especificadores, é de se esperar antes parentesco maior entre \bar{N} e \bar{A} , do que, por exemplo, entre \bar{A} e \bar{V} . Assim, Chomsky admite a possibilidade da existência de sentenças no especificador de A e N, mas ele não prevê a existência de sentenças dentro do sistema de pré-determinantes de \bar{V} . Admite-se, geralmente, que "aux" faz parte do sistema de pré-determinante de V (Chomsky, 1970) e admite-se também que alguns advérbios de modo fazem parte do sistema de pré-determinantes de \bar{V} .

De qualquer modo, se admitirmos que existe o que vamos chamar de "comparação de verbos", um problema se nos coloca, a saber: o fato de que os advérbios de intensidade ocorrem geralmente depois de verbos, conforme se pode observar em (168)-(171), em que "mais", "demais", "muito" e "tanto" ocorrem respectivamente depois de "comeu", "estão comendo", "trabalhou" e "chorou". A anteposição desses advérbios aos verbos em questão torna as sentenças (168)-(171) no mínimo estranhas, conforme podemos observar em (172)-(175):

(172)? Maria mais comeu do que João.

(173)? Os jogadores demais estão comendo.

(174)? Ela muito trabalha.

(175)? Tanto chorou quanto devia.

Ora, a consideração de tais fatos nos poderia levar a supor que os advérbios de intensidade devam ser gerados à direita do verbo, isto é, na posição em que eles geralmente ocorrem na estrutura superficial. Tal suposição nos levaria, por sua vez, a duas hipóteses: (1) os advérbios de intensidade relacionados aos verbos em questão não são pré-determinantes do verbo e, por isso, pode-se supor também que os advérbios de intensidade não são pré-determinantes de adjetivos e ad-

vérbios; (2) os advérbios de intensidade são pré-determinantes de adjetivos e advérbios, mas não são pré-determinantes de verbos. Desse modo, pode-se supor que os advérbios de intensidade em questão não estão realmente diretamente relacionados aos verbos que os antecedem (ou, em outras palavras, que os advérbios de intensidade não estão "modificando" o verbo que os antecede).

A primeira hipótese realmente não pode ser mantida, uma vez que os advérbios de intensidade ocorrem geralmente à esquerda de adjetivos. As sentenças (176)-(179) em que os advérbios de intensidade estão colocados à direita de adjetivos são sentenças claramente não-gramaticais:

(176)* Maria é gentil muito.

(177)* Paulo é estudioso pouco.

(178)*Essas árvores são altas mais que aquelas.

(179)* Essas árvores são altas menos que aquelas.

Ora, se realmente os advérbios de intensidade estão relacionados com o verbo em questão tanto quanto estão relacionados a adjetivos e advérbios, gostaríamos de gerá-los sempre numa única posição: ou à direita de verbos, adjetivos e advérbios, ou à esquerda de verbos, adjetivos e advérbios. Em outras palavras, os advérbios de intensidade ou são pré-determinantes de adjetivos, verbos e advérbios ou não são pré-determinantes de adjetivos, verbos e advérbios.

Aqui, poder-se-ia argumentar que a hipótese de que os advérbios de intensidade devem ser gerados na posição de pré-determinantes de verbo tem como desvantagem a necessidade de uma regra, provavelmente "ad hoc", que coloque o advérbio de intensidade à direita do verbo.

Mas tal argumento favorece a hipótese de que o advérbio de intensidade deve ser gerado à direita, por que na geração de advérbios de intensidade ocorrendo

com alguns adjetivos (ou advérbios) seria necessária também uma regra, provavelmente "ad hoc", que fizesse o advérbio de intensidade se deslocar obrigatoriamente para a esquerda do adjetivo (ou advérbio).

Em favor ainda da hipótese da geração de advérbios de intensidade à direita, poder-se-ia dar como evidência o fato de que alguns advérbios ocorrem à direita dos adjetivos. Veja as sentenças (180) e (181) abaixo:

(180) Maria é bonita demais.

(181) Isso está quente assaz.

Mas, por outro lado, em favor da hipótese da geração de advérbios de intensidade, temos o fato de que advérbios de intensidade ocorrem também à direita de alguns verbos, conforme podemos observar em (182) e (183):

(182) Quem muito quer, muito perde.

(183) Tanto pediu que ganhou.

Até aqui, não podemos decidir, em relação à posição do advérbio de intensidade na estrutura profunda, qual a melhor análise: a análise que o gera à esquerda de verbos, adjetivos e advérbios ou se a análise que o gera à direita de verbos, adjetivos e advérbios, porque, em ambas as análises precisaríamos de uma regra a mais na gramática: a primeira precisaria de uma regra que moveria os advérbios de intensidade para a direita dos verbos; a segunda, de uma regra que moveria os advérbios de intensidade para a esquerda de adjetivos.

No entanto, a hipótese de que advérbios de intensidade devem ser gerados à esquerda de adjetivo, verbo e advérbio é apoiada pela hipótese lexicalista, que analisa os advérbios de intensidade como elementos análogos a determinantes de nomes. Depois, não há nenhum argumento sério contra a análise de advérbios de intensidade como pré-determinante de, pelo menos, advérbio e adjetivo.

Finalmente, seria interessante pesquisar no português a hipótese de que advérbios de modo pertencem ao especificador de verbos (Bowers dá argumentos convincentes de que advérbios de modo fazem parte do especificador de verbos no inglês).

Se essa hipótese for correta também para o português, poderíamos gerar o advérbio de modo de sentenças como (184) e (185):

(184) Maria ofereceu gentilmente sua ajuda.

(185) Pedro leu apressadamente três páginas.

À esquerda dos verbos, isto é, na posição de [espec,V] e realmente esses advérbios ocorrem em tal posição:

(186) Maria gentilmente ofereceu sua ajuda.

(187) Pedro apressadamente leu três páginas.

Agora, observe sentenças em que aparecem advérbio de modo e de intensidade "modificando" ambos o mesmo verbo:

(188)* Maria gentilmente ofereceu demais sua ajuda.

(189)* Pedro apressadamente leu mais que João.

Essas sentenças são não-gramaticais. A que se deve a não-gramaticalidade de tais sentenças?

Se for possível provar que advérbios de modo pertencem ao [espec,V] em português, valeria como explicação da não-gramaticalidade de sentenças como (188) e (189) o fato de que duas vezes se preencheu o nódulo [espec,V], uma vez com advérbio de modo e outra vez com o de intensidade (movido depois para a direita).

Mas para que se afirme tal, é necessário estudar mais detalhadamente os advérbios de modo e os advérbios de intensidade do português.

Verifiquemos agora a segunda hipótese: (2) os advérbios de intensidade são pré-determinantes de adjetivos e advérbios, mas não são pré-determinantes de verbo, e desse modo, pode-se supor que os advérbios em questão não "modificam" o verbo.

Essa hipótese não se sustenta se levarmos em consideração o fato de que os advérbios como "assaz" e "demais" ocorrem depois do adjetivo também. Assim, ou os advérbios de intensidade fazem parte do sistema de especificadores do adjetivo, do advérbio e do verbo ou não fazem parte de nenhuma deles. A única maneira de manter a hipótese de que os advérbios de intensidade fazem parte do sistema de especificadores do advérbio e do adjetivo, mas não fazem parte do especificador do verbo é explicar o que especificam exatamente os advérbios de intensidade que aparecem em sentenças como (168)-(171):

(168) Maria comeu mais do que João.

(169) Os jogadores estão comendo demais.

(170) Ela trabalhou muito.

(171) Chorou tanto quanto devia.

Uma possibilidade de análise é dizer que os advérbios de intensidade são especificadores de algum elemento que não se apresenta na estrutura de superfície.

Ora, se há algum elemento não visível na superfície, mas existente, esse elemento é possivelmente um nome em sentenças como (168). Assim, se quisermos manter a hipótese de que advérbios de intensidade não modificam verbos, temos que admitir que eles são especificadores de nome. E, realmente, advérbios de intensidade ocorrem como especificadores de nomes, conforme facilmente se constata em (190):

(190) Maria comeu mais pão do que João.

Através de fatos como esse, parece ser defensável então a hipótese de que o advérbio de intensidade não é especificador de verbo, mas sim de um NP fonologicamente não realizado. Sentenças como (168) e (169) não apresentam maior dificuldade. No entanto, como podemos explicar sentenças como (170) ou (171)?

Poder-se-ia pensar que em (170) existe também algum elemento não realizado fonologicamente, da-

do que poderíamos parafrasear (170) com sentenças como (191):

(191) Ela trabalhou muito tempo.¹¹

É como poderíamos explicar (171)? Realmente, não poderíamos parafraseá-la, tal como fizemos com a sentença (170). Não temos aqui nenhum indício de que algum elemento de sentença como essa existe na estrutura profunda. Por outro lado, enquanto que em sentenças como (168) e (169) é fácil demonstrar que existe um elemento (no caso um nome) que não está realizado na estrutura de superfície, contrariamente, em sentenças como (170) ou (171) não há evidência nenhuma que favoreça tal análise. Não temos nenhum argumento, até agora, que nos permita supor a existência de elementos não realizados em sentenças como essas. Assim, a hipótese de que os advérbios especificam outros elementos que não verbos em sentenças como (168)-(171) não encontram justificativa fora dessa hipótese e pode ser, então, considerada "ad hoc".

De qualquer forma, para analisarmos sentenças como (168)-(171) precisamos investigar melhor os advérbios de modo e a natureza dos advérbios de intensidade. Precisamos também investigar melhor a natureza do sistema de pré-determinantes do verbo.

Diisso tudo só podemos concluir que a consideração de fatos como (168)-(171) não fornece evidências que contrariam a nossa análise, segundo a qual advérbios de intensidade são pré-determinantes de advérbio e adjetivos. Quer admitamos ou não serem os advérbios em questão parte do sistema de pré-determinantes do verbo, nossa hipótese a respeito da estrutura interna de adjetivos e advérbios ainda se mantém. A nossa hipótese só seria enfraquecida se se demonstrasse que os advérbios que aparecem em sentenças como (168)-(171) estão realmente relacionados aos verbos e se se demonstrasse também que é incorreto analisar os advérbios em questão como parte do sistema de pré-determinantes do

verbo.

Em resumo, a existência de comparativas aparentemente determinando verbos não tinha sido prevista pela hipótese lexicalista, tal como Chomsky (1970) a formulou. É possível analisar comparativas e seus advérbios associados como parte do [espec,V]; não sabemos, no entanto, as consequências de uma análise como esta. Por sua vez, é possível negar que comparativas e advérbios de intensidade fazem parte do [espec,V]. Não chegamos a nenhuma hipótese conclusiva em relação a esse problema. É necessário se investigar mais para saber as consequências teóricas da primeira hipótese ou para se aceitar a segunda hipótese.

1384

NOTAS

1. Alguns falantes aceitam sentenças como (43) e (44). Mesmo que fosse comprovada a gramaticalidade de tais sentenças, a única conclusão a que poderíamos chegar a respeito de tais fatos é a de que relativas e completivas são estruturas subordinadas.
2. Sentenças como (60) são tradicionalmente analisadas como consecutivas. Seria interessante pesquisar sobre a natureza das consecutivas, visto que elas têm comportamento parecido com o comportamento das comparativas.
3. Há evidências em favor da análise de tal sentença como consecutiva.
4. Sentenças como "mais que a aurora, tu andas pressurosa" são evidência em favor de advérbio de intensidade e sentença como um só constituinte (no caso, o constituinte "especificador").
5. Há dúvidas em relação à gramaticalidade de tal sentença. Possivelmente está em jogo aqui algum fator como entonação.
6. Apontaram-me que há evidências de que "mente" não pode ser considerado um sufixo e sim um morfema independente. As evidências são:
 - (i) a existência de dois acentos em palavras como "crumentemente" : /'Kruva'mente/
 - (ii) em dialetos em que a vogal pretônica é geralmente fechada, a vogal pretônica dos advérbios de modo é realizada como vogal aberta, quando a vogal tônica do adjetivo correspondente é aberta:

a b é /nta - a b é /ntamente

e nunca a b e /ntamente.
 Em dialetos em que a vogal pretônica é geralmente aber

ta, a vogal pr et nica dos advérbios de modo é realizada como vogal fechada, quando a vogal t nica do adjetivo correspondente   fechada:

s|e|co - s|e|camente
e nunca: s|e|camente.

7. A regra deve ser formulada de tal modo que d  conta de sentenças como "Corria apressada e nervosamente" em que o primeiro adjetivo não ocorre com "mente". Sentenças como essas são evidência do paralelismo entre adjetivo e advérbio.

8. Sentenças como "Ele falou alto" evidenciam o parentesco entre adjetivo e advérbio.

9. "Tão" e "Tanto" estão relacionados. Parece, pois, correto supor que "tão"   derivado de "tanto". Restamos investigar as restri es que governam a ocorrência de "tão" e de "tanto". A respeito dessas restri es, Daniele Rodrigues sugeriu-me a hipótese de que "tão" ocorre sempre junto do elemento que ele "determina" e "tanto" ocorre sempre funcionando como uma espécie de d itico. Isto é, "tanto" ocorre quando o elemento por ele determinado   apagado.

Mais fatos são necessários para uma soluço definitiva.

10. A sentença (139) só pode ser considerada aceitável se se supõe que há um advérbio de intensidade na estrutura profunda. Isto é, se ela for entendida aproximadamente como a seguinte paráfrase: "Ela sorriu levemente demais para alguém notar isso".

11. Sentenças como essas, em que o advérbio de intensidade aparece como especificador de N evidenciam mais uma vez o paralelismo entre A e N.   fácil mostrar também que as sentenças comparativas fazem parte do especificador de N, conforme podemos observar em sentenças como "Comi mais pães que você".

CAPÍTULO III

Neste capítulo discutiremos, na seção A, os problemas que dizem respeito à regra de apagamento existente na geração de comparativas. Demonstraremos, também, que há evidências que permitem a distinção de pelo menos dois tipos de sentenças comparativas: a assimilativa e a quantitativa. Na seção B, retomaremos a discussão a respeito do possível parentesco entre relativas e comparativas.

SEÇÃO A

Em Chomsky (1965) é discutido que numa sentença comparativa como (192):

(192) João é mais inteligente que Pedro.
 ocorre uma transformação de apagamento, descrita como se segue: uma operação em que o adjetivo da sentença matriz apaga o adjetivo da sentença encaixada.

Assim, admitindo-se que a sentença (192) tem uma estrutura profunda aproximadamente como (193):

(193) João é mais que Pedro é inteligente
 inteligente.

a regra proposta por Chomsky aplica-se à cadeia (3) apresentada no capítulo I:

(3) $\underbrace{1}_{NP} - \underbrace{2}_{is} - \underbrace{3}_{\dots} - \underbrace{4}_{\dots \# NP is} - \underbrace{5}_{Adjective \#} -$
 $\underbrace{6}_{Adjective}$

em que "...-..." é "mais-que", "menos-que", "tanto-quanto".

Chomsky diz também que a aplicação dessa regra só é possível quando os dois adjetivos são idênticos. Discute também possíveis problemas para tal análise: sentenças como (194):

(194) Estes homens estão mais satisfeitos que
 Maria

em que o adjetivo da sentença encaixada não poderia ter sofrido apagamento, porque o adjetivo da sentença encaixada difere, em relação a gênero e a número, do adjetivo da sentença matriz.

Mas, em relação a sentenças desse tipo, Chomsky observa que na determinação da identidade ou não de dois itens lexicais é necessário levar em conta a natureza do conjunto de traços de cada formativo (no nosso caso, os traços do adjetivo). Diz ele que, nos exemplos discutidos acima, parece que os traços acrescentados ao formativo através da transformação de concordância (os traços [+plural], [+masculino] que o adjetivo "satisfeitos" toma de "homens" ou [-plural], [-masculino] que "satisfeita" toma de Maria) não são parte do formativo no mesmo sentido em que os inerentes ao formativo o são. Assim, continua ele, no caso da transformação relativa, o traço [+plural] do nome (que é um traço que o nome adquire quando entra no marcador frasal) é um traço que deve ser considerado na determinação da identidade (ou não) com o outro nome. Mas no caso do adjetivo, as regras de flexão são acrescentadas através da concordância e, por isso, não são levadas em conta na determinação da identidade (ou não) de um item com outro item.

Ainda com relação a apagamento, ele aponta um outro problema aparente: a existência de sentenças como (195):

(195) Conheço advogados mais bem sucedidos
que Pedro.

em que, na estrutura profunda deve aparecer algo como "Pedro é advogado". Aqui, o problema diz respeito ao apagamento do item "advogado", apagamento sob identidade com o item "advogados". A pluralidade é ou não traço inerente nos itens em questão? Diz Chomsky que aqui a pluralidade não deve ser propriedade distintiva dos nomes em questão, para efeito da operação de apagamento, porque o NP está na posição de predicativo e,

porisso, recebe o traço [+plural] não inerentemente, mas sim através da transformação de concordância.

Como conclusão, ele formula um princípio geral para apagamento que é: um termo X pode apagar um termo Y se os traços inerentes do formativo X não forem distintos dos traços inerentes de um formativo Y.

De qualquer modo, qualquer que sejam os detalhes da regra de apagamento, o importante parece ser o seguinte: a identidade de alguns elementos na sentença comparativa (aparentemente, se pensa, a identidade dos adjetivos) parece exercer, tal como a identidade dos nomes nas relativas, um papel muito importante.

Agora, observe-se uma sentença como (196):

(196) João é tão estudioso quanto Pedro é
trabalhador.

em que temos uma sentença perfeitamente gramatical e em que, pelo menos aparentemente, nenhum elemento foi apagado.

Nesse caso, podemos, no mínimo, supor que a identidade de adjetivos em comparativas (contrariamente ao que ocorre com relativas) não é obrigatória.

Se realmente a identidade de adjetivos não é obrigatória em sentenças comparativas, cabe verificar, então, se em sentenças comparativas se exige pelo menos a identidade entre quaisquer outros elementos, ou mesmo se não se exige identidade de nenhum elemento da sentença.

Em relação ao problema de identidade ou não entre adjetivos da sentença comparativa, Milner(1973) argumenta em favor da existência de dois tipos de comparativas: uma que exige efetivamente a identidade dos adjetivos envolvidos na comparação e uma que não a exige.

Em relação às comparativas do português, Matoso Câmara (1964) supõe que existem dois tipos de comparativas: quantitativas e assimilativas.

Comparativas tipicamente assimilativas seriam

sentenças como (197) e (198):

(197) A terra é redonda como uma laranja.

(198) Pedro é forte como Tarzã.

Sentenças do tipo quantitativo seriam sentenças como (199) e (200):

(199) Antonio é tão estudioso quanto Pedro.

(200) Paulo é tão inteligente quanto Maria.

Em relação a sentenças do tipo assimilativo (sentenças como (197)-(198)) Milner diz que nesse tipo de comparação supõe-se que os dois termos comparados têm sempre a mesma propriedade designada pelo adjetivo. Assim, pode-se parafrasear, por exemplo, (197) através de (201):

(201) A terra é redonda e a laranja também o é.

Diz ele que, sem contradição, não pode ser admitida aí: "a laranja não é redonda".

Em comparativas do tipo (199) e (200), diz ele, pode-se supor que nenhuma dos termos comparados tenha a propriedade que permite compará-los. Por exemplo, em relação a uma sentença como (200), pode-se afirmar sem contradição: Antônio é tão estudioso quanto Pedro, isto é, nenhuma dos dois estuda nada. Diz ainda Milner que na comparativa assimilativa o termo introduzido por "como" é considerado um modelo exemplar da propriedade designada e que não se pode, sem contradição, concebê-lo sem esta propriedade. Tal não acontece com o termo introduzido por "quanto" em sentenças como (199) e (200).

As comparativas do tipo (197)-(198) não podem ocorrer com advérbios que indicam "nuance", advérbios como: aproximadamente, mais ou menos, etc., como em:

(202)* A terra é aproximadamente redonda como uma laranja.

(203)* Pedro é mais ou menos forte como um Tarzã.

Já sentenças como (199) e (200) admitem esse tipo de advérbio:

(204) Antonio é mais ou menos estudioso quanto Pedro.

(205) Paulo é aproximadamente tão inteligente quanto Maria.

Esses fatos terão uma explicação se concordamos com Milner quando ele diz que nas sentenças que estamos chamando de assimilativas (comparativas como (197) e (198)) não admitem advérbios de "nuance", por que a qualidade denotada pelo adjetivo é tomada como absoluta. Já com as sentenças quantitativas, os advérbios de "nuance" são admitidos, pois incidem sobre o "grau" do adjetivo que eles modificam.

No seu estudo sobre comparativas, Milner propõe que "aussi-que" seja ambíguo: ocorre com sentenças comparativas e ocorre também com sentenças quantitativas. Ele diz também que comparativas com "comme" são não-ambíguas. Eles ocorrem sempre em comparativas assimilativas. Na relação ao português, tentaremos demonstrar que comparativas do tipo "tão-quanto" são sentenças tipicamente quantitativas. As sentenças comparativas iniciadas por "como" são sempre do tipo assimilativo. Realmente, é fácil mostrar que há evidências sintáticas que permitem a identificação dos dois tipos de comparativas discutidas aqui.

É possível, como vimos antes, a existência de sentenças comparativas em que o adjetivo da sentença matriz e o adjetivo da sentença encaixada são diferentes. É o caso de (196):

(196) João é tão estudioso quanto Pedro é trabalhador.

Note-se que nessa sentença estão presentes "tão-quanto", elementos típicos, conforme nossa análise, de quantitativas.

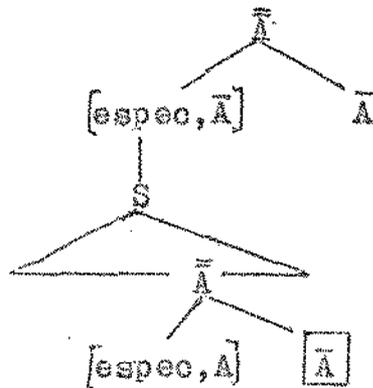
Já com sentenças assimilativas não é possível a existência da ocorrência de dois adjetivos dife-

rentes. Uma sentença como (206) é claramente má:

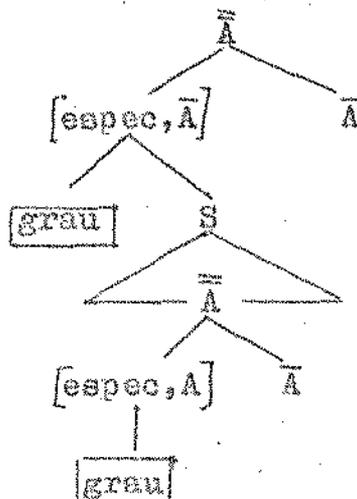
(206) * João é estudioso como Pedro é trabalhador.

Em suma, estamos tentando dizer que as comparativas do tipo assimilativo exigem a identidade do adjetivo, enquanto que tal identidade não é requerida para as comparativas do tipo quantitativo. Possivelmente, a identidade exigida nas sentenças comparativas é, como quer Milner, a identidade entre o nóculo grau da sentença matriz e o nóculo grau que deve aparecer também na sentença encaixada. Os dois tipos de estruturas em questão poderiam ser representados como segue:

(207) Tipo (1): assimilativa



Tipo (2): quantitativa



Se essa análise está correta, então sentenças como (197) não constituem um verdadeiro contra-exemplo

à afirmação de que existe sempre identidade de elementos em estruturas comparativas. Temos sempre, assim, a condição de identidade de elementos respeitada: em comparativas do tipo (1) existirá sempre a exigência de identidade de adjetivos e em comparativas do tipo (2) teremos sempre a identidade do nódulo "grau".

O problema que se nos apresenta neste ponto é o seguinte: supor a presença de "grau" no adjetivo que ocorre na sentença encaixada é realmente uma proposta "ad hoc" ou existe alguma evidência que nos permite admiti-la. No português existem evidências de que tal nódulo existe. No capítulo II nos referimos ao fato de que existem alguns adjetivos que não admitem grau, adjetivos como "ímpar", "casado", "solteiro", etc.

Dados fatos como esse, construímos a sentença (196) com sentenças como (208) ou (209):

(196) João é tão estudioso quanto Pedro é trabalhador.

(208)* João é tão estudioso quanto Pedro é casado.

(209)* Maria é tão bonita quanto Sonia é solteira.

Esses fatos terão uma explicação se admitirmos que a não-gramaticalidade de (208)-(209) decorre da ocorrência do adjetivo da sentença encaixada com "grau".

Da mesma forma, são sentenças não-gramaticais os outros dois tipos de comparativas quantitativas (com "mais" e com "menos"):

(210)* Joana é mais bonita que casada.

(211)* Joana é menos educada que solteira.

Uma outra evidência de que existe um nódulo "grau" na sentença comparante é justamente a presença de "quanto".¹

Não é de todo implausível supor que "quanto" é derivado por regras morfofonêmicas de "que+ tanto" (ou comp+grau). "Quanto" claramente expressa "grau",

ao contrário de "que" (segundo termo de comparativa do tipo "mais-que", "menos-que"). Além disso, "quanto" aparece em outras estruturas não-comparativas claramente como quantificador, por exemplo, em estruturas como (212):

(212) Quantos pães vocês querem?

Com base nesses fatos, podemos dizer que o nódulo "grau" como especificador do adjetivo da sentença comparante não é "ad hoc". Precisamos realmente admitir sua existência se quisermos explicar fatos como (210) e (211).

Mostramos até agora que há evidências para se distinguir dois tipos de comparativas, uma comparativa assimilativa, outra comparativa quantitativa. Como exemplo de comparativa do tipo assimilativo, apontamos sentenças como:

(197) A terra é redonda como uma laranja.
em que não ocorre um advérbio de intensidade (que vamos chamar de grau) nem antes do adjetivo da sentença "comparante", nem antes do adjetivo da sentença "comparada". Nesse tipo de sentença, o complementizador é "como".

Como exemplo de quantitativa, apontamos as sentenças (como (199)):

(199) Antonio é tão estudioso quanto Pedro.
em que aparece "tão-que", "mais-que", "menos-que".

Dissemos também que enquanto as comparativas do francês com "aussi-que" - sentenças como "Pierre est aussi intelligent qu'Einstein" (Pierre é inteligente como Einstein ou Pierre é tão inteligente quanto Einstein) - são sentenças ambíguas, diferentemente, no português, não há ambiguidade desse tipo. Dissemos que "quanto" é característica de sentenças quantitativas. É justamente aqui que outro problema se nos põe. As gramáticas pedagógicas comumente afirmam que existem comparativas de superioridade, nas quais "mais-que" ocorre, comparativas de inferioridade, nas quais "menos-que" ocorre. Como comparativas de igualdade, todos eles são

unânicos em apontar "tão-quanto" como variante de "tão-como". Assim, é de se esperar que se considerem comparativas do tipo "tão-como" como quantitativas, como o faz explicitamente Bechara (1960) e implicitamente outros gramáticos.

Tentaremos demonstrar aqui que "tão-quanto" não é variante de "tão-como". Isto é, que "tão-quanto" parece ser realmente típico de comparativas quantitativas e que "tão-como", se realmente é gramatical, é típico de comparativas assimilativas. Mostraremos também que as sentenças comparativas em que ocorre "tão-como" quando se esperaria ocorresse "tão-quanto" são, na verdade, sentenças não-gramaticais, embora, muitas vezes, o grau de aceitabilidade dessas sentenças seja muito alto.

Vamos supor que sentenças como (213):

(213) Pedro é tão forte como Tarzã.

se são sentenças gramaticais, são sentenças comparativas assimilativas. "Tão", nesse caso, é um simples "correlador" (isto é, funciona como primeiro termo da correlação "tão-como"). "Tão" aqui não expressa "grau". Se isso é verdade, (213) então é sinônima de (198):

(198) Pedro é forte como Tarzã.

Assim, é de se esperar que sentenças em que "tão-como" ocorre com adjetivos que não podem ser modificados por "grau" sejam, pelo menos, mais aceitáveis do que as sentenças em que "tão-quanto" ocorre com adjetivos que não podem ser modificados por grau.

A sentença (214) :

(214)^F O número 3 é tão ímpar quanto o número 5.

parece menos aceitável do que (215) ou (216):

(215) O número 3 é ímpar como o número 5.

(216) ? O número 3 é tão ímpar como o número 5.²

Embora, possivelmente aqui, os casos não estejam suficientemente claros, outras evidências há de que, pelo menos "tão-quanto" não tem o mesmo comportamento de "tão-como".

Por exemplo, o primeiro termo da comparação de uma sentença como (217):

(217) A terra é tão redonda como uma laranja. pode estar ausente nas comparações com "tão-como", conforme podemos observar em sentenças como (197):

(197) A terra é redonda como uma laranja.

Isso nunca ocorre com comparativas com "tão-quanto". Assim, a sentença (218), com o primeiro termo da comparação presente é uma sentença gramatical:

(218) A terra é tão redonda quanto uma laranja.

Mas não existe uma sentença como (219) em que o primeiro termo da comparação está ausente:

(219)*A terra é redonda quanto uma laranja.

Diremos, então, que é razoável supor que "tão-como" é característico de assimilativas, enquanto "tão-quanto" é característico de quantitativas. Se isso é verdade, pode-se supor que uma sentença como (220) em que a única interpretação possível é quantitativa:

(220) Este caminhão é tão pesado como aquele. não pode ser uma sentença gramatical, embora tal sentença tenha, sem dúvida, um alto grau de aceitabilidade. Temos aqui um exemplo de sentença 'derivadamente' gerada, isto é, gerada por analogia com sentenças gramaticais, no caso, analogia com (217):

(217) A terra é tão redonda como uma laranja.

que é uma comparativa assimilativa.

Realmente há fatos mais claros que mostram que "tão-como" não tem o mesmo grau de gramaticalidade que tem "tão-quanto" em sentenças comparativas quantitativas. Por exemplo, a sentença (221) em que ocorre "tão-quanto" é uma sentença boa:

(221) Marina é tão estudiosa quanto inteligente.

No entanto, se substituirmos "tão-quanto" por "tão-como" em tal sentença, ela se torna claramente não-gramatical, conforme podemos verificar em (222):

(222) * Marina é tão estudiosa como inteligente.

Em sentenças em que não há dúvida alguma de que é quantitativa, sentenças como (196) citada acima:

(196) João é tão estudioso quanto Pedro é trabalhador.

em que o único elemento idêntico deve ser "grau", que está na sentença matriz e deve estar na sentença encaixada, nesse tipo de sentença nunca ocorre "como", conforme podemos verificar em sentenças como (223):

(223) * João é tão estudioso como Paulo é trabalhador.

que é uma sentença não-gramatical.

Em resumo, nas sentenças comparativas, um elemento da sentença encaixada parece sempre sofrer apagamento por identidade a um outro elemento da sentença matriz. Esse elemento é obrigatoriamente o adjetivo (e, quem sabe, o advérbio) em comparativas assimilativas. Em comparativas quantitativas, em que não há exigência de identidade entre o adjetivo (ou advérbio) da sentença encaixada e o adjetivo (ou advérbio) da sentença matriz, esse elemento é "grau". Mostramos também que as comparativas assimilativas são as que ocorrem com "mais-que", "menos-que", "tão-que". As comparativas assimilativas ocorrem geralmente ou com o segundo termo da comparação, "como", ou com "tão-como". Finalmente tentamos demonstrar que as sentenças quantitativas em que "tão-como" aparece no lugar de "tão-quanto" não podem ser consideradas como sentenças gramaticais, apesar delas terem um alto grau de aceitabilidade.

SEÇÃO B

Nesta seção retomaremos a discussão sobre o possível parentesco entre relativas e comparativas.³ Especularemos mais sobre a possibilidade da existência de uma regra de "transporte" de adjetivo em sentenças comparativas, regra possivelmente paralela a "transporte" de NP em sentenças relativas e interrogativas (estruturas, por sua vez, comprovadamente aparentadas).

No capítulo II, vimos que é possível analisar a regra que coloca a comparativa à direita de \bar{A} como a mesma regra que coloca a relativa à direita de \bar{N} (se é certo analisar a relativa como parte do [espec, \bar{N}]).

Se se trata realmente da mesma regra, podemos generalizá-la numa que teria aproximadamente a forma:

$$(224) \quad \underbrace{\bar{X}}_1 \left[\underbrace{\text{espec, X}}_2 \quad \underbrace{S}_2 \right] \underbrace{\bar{X}}_3 \Rightarrow 132$$

em que \bar{X} é um adjetivo, um advérbio ou um substantivo.

Gostaríamos também de dizer que na comparação como na relativização há uma regra de transporte que coloca o adjetivo da sentença comparante no início de S. Uma das evidências mostradas no capítulo II para tal regra foi o paralelismo entre sentenças como (89) e (90):

(89) As galinhas que você disse que botaram eram gordas.

(90) Joana não é tão bonita quanto você disse que era.

Na sentença (89), "N galinhas-Q" que aparece na estrutura profunda é transportado para o início da sentença. Do mesmo modo, é possível que o adjetivo "bonita-Q" tenha sido transportado para o início da sentença em (90).

É fácil demonstrar que tal regra de transporte de \bar{N} existe. Em sentenças interrogativas (que são

sentenças aparentadas com relativas) a regra em questão é evidente. Sentenças como (225):

(225) Que bola você quer?

vêm, provavelmente, de uma estrutura profunda aproximadamente como (226):

(226) Comp V quer bola-Q

Agora, observe que há possibilidade de "interrogarmos" um adjetivo. É justamente aqui observamos uma regra similar à de transporte de NP. É possível no português sentenças como (227):

(227) Quão sábio você é ?

que vem provavelmente de uma estrutura profunda mais ou menos como (228):

(228) Comp Você é sábio-Q⁴

Outra evidência da existência dessa regra as sentenças interrogativas indiretas (relacionadas também a relativas) nos forneçam. Aqui essa regra deve ser aplicada obrigatoriamente. Sentenças como (229):

(229) Não sei que menino você é.

são gramaticais, em oposição a (230) que é uma sentença não-gramatical:

(230)* Não sei que você é menino.

Da mesma forma, temos um movimento parecido de adjetivos em sentenças interrogativas indiretas, conforme podemos observar em (231):

(231) Não sei quão honesto você é.

que é gramatical, por oposição a (232):

(232)* Não sei quão você é honesto.

Outros fatos devem ser examinados para que se confirme ou não a existência do movimento de adjetivos (e mesmo advérbios) em sentenças comparativas.⁵ É necessário também examinar a possibilidade de se generalizar a regra de movimento de \bar{N} e A numa só regra, como também é necessário que se examine a possibilidade de incorporação de NP ou AP no COMP. À medida que se encontram evidências que fortaleçam tais hipóteses, mais

se confirmará a hipótese de que \bar{N} e \bar{A} são realmente estruturas paralelas. Paralelamente, mais se fortalece-
rá a hipótese de qe comparativas não são realmente es
pecificador de \bar{V} , uma vez que não há evidência nenhuma
de regras de transporte de verbos.

NOTAS

1. Milner (1973) sugere que os traços particulares de "grau" da sentença subordinada não são inerentes, mas sim introduzidos automaticamente por referência ao "grau" escolhido para o adjetivo da sentença matriz.

Assim, já que os traços de "grau" são introduzidos por uma espécie de regra de concordância, a regra de apagamento por identidade pode ser aplicada ao "grau" da sentença subordinada (vimos que especificações não inerentes não desempenham nenhum papel na definição de identidade). Milner ainda sugere que se poderia analisar com traços semânticos de "menos" os traços [-igual], [-superior], de "mais" [-igual], [+superior] e de "tão" (tanto) [+igual]. E propõe como regra: "grau" → [+igual], [-igual] → [+superior].

2. Os fatos aqui não são realmente claros. Mas é possível que a baixa gramaticalidade dessa sentença se deva ao fato de que "tão-como" e "tão-quanto" se interpretam.

3. Milner estuda exaustivamente o paralelismo existente entre relativas e comparativas do francês. Ele conclui que relativas e comparativas são realmente estreitamente aparentadas.

4. Estamos supondo que COMP está na estrutura profunda. Bresnan (1970) dá vários argumentos em favor de tal análise, baseando-se em fatos do inglês.

5. No caso de não se confirmar a existência da regra de movimento proposta, outra hipótese seria a de que se trate da regra de apagamento por identidade que foi apresentada na seção A do capítulo III.

CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho, tentamos analisar a estrutura das sentenças comparativas do português.

Primeiramente, verificamos se a melhor análise para comparativas do português era a de considerá-las como subordinadas ou não-subordinadas. Concluimos que há evidências para analisá-las como subordinadas. Essa hipótese se fortalecia à medida em que demonstrávamos que era necessário considerar os fatos que evidenciavam a dependência entre comparativas e advérbios de intensidade, quando estudamos os elementos que funcionam como especificadores do adjetivo. A hipótese de que comparativas fazem parte do especificador do adjetivo e, em consequência, são subordinadas, veio fortalecer por sua vez, a hipótese de que adjetivos e substantivos têm estrutura interna aparentada. A partir dessa hipótese, construímos uma outra, de que relativas (estruturas possivelmente pertencentes ao especificador do substantivo (N)) devem ser analisadas como estruturas paralelas. Concluimos haver evidência para tal, e com base nessa hipótese tentamos decidir se era possível ou não analisar comparativas como parte do especificador dos verbos, visto que os fatos estudados mostravam a existência de sentenças comparativas, possivelmente determinantes de verbos. Não chegamos a uma hipótese conclusiva em relação a esse problema, mas sugerimos, com base na hipótese lexicalista, que a melhor análise seria a que não tratasse as comparativas como sentenças pertencentes ao especificador de verbos.

Baseando-se ainda no paralelismo entre relativas e comparativas, discutimos o problema da existência ou não de uma regra de apagamento atuando na geração de comparativas. Concluimos que sempre há um apagamento de um elemento da sentença comparativa encaixada, que é idêntico a um outro da sentença matriz, tal como acontece com as relativas. Há apagamento de, pelo menos,

adjetivos (no caso de comparativas assimilativas) ou apagamento de, pelo menos "grau" (no caso de comparativas quantitativas). Com base na distinção entre comparativas assimilativas e comparativas quantitativas, tentamos demonstrar que "tão-como" não é equivalente sintaticamente a "tão-quanto". "Tão-como", ao contrário de "Tão-quanto" parece ser característico de comparativas assimilativas. Tentamos demonstrar também que as comparativas quantitativas construídas com "tão-como" devem ser consideradas não-gramaticais. Finalmente, especulamos ligeiramente sobre a possibilidade da existência de uma regra de transporte de adjetivo na comparação.

BIBLIOGRAFIA

- Bechara, Evanildo. 1960. Licções de Português. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura S.A.
- Bowers, J. 1970. Adjectives and Adverbs in English. Indiana U. Circle.
- Bresnan, J. 1970. "On Complementizers: Towards a Syntactic Theory of Complement Types" in Foundations of Language, 6.
- _____ 1972. The Theory of Complementation in English Syntax. Tese de Doutorado, M.I.T.
- Câmara Jr., J. Mattoso. 1964. Dicionário de Filologia e Gramática. 2ª ed. (refundida). Rio de Janeiro, J. Ozon Editor.
- Chomsky, N. 1965. Aspects of the Theory of Syntax. M.I.T. Press, Cambridge, Mass.
- _____ 1966. "Topics in the Theory of Generative Grammar" in T.A. Sabsk (ed). Current Trends in Linguistics. vol. III. Mouton, The Hague.
- _____ 1970. "Remarks on Nominalization" in Jacobs e P. Rosenbaum (eds). Readings in English Transformational Grammar, Ginn and Co, Waltham, Mass.
- _____ 1971. "Deep Structure, Surface Structure and Semantic Interpretation" in Steinberg D. e Leon A. Jakobovits. Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology, Cambridge, University Press.
- Feider, H. 1973. "Comparatives in Early Child Language". Glossa, vol. 7:1
- Hale, A. 1970. "Conditions on English Comparative Clause Pairing" in Jacobs and P. Rosenbaum (eds) Readings in English Transformational Grammar, Ginn and Co, Waltham, Mass.

- Lima, R. 1972. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Milner, 1973. Comparatives et Relatives. Repères, Série bleue, Maisson Mare.
- Perini, Mário A. 1974. Regras de Transporte e Relativização em Português. Trabalho não-publicado. Mimeografado.
- Ross, J.R. e D. Perlmutter. 1970. "A Noun Source for Comparatives" in Linguistic Inquiry, I.1.